

Fundação Getulio Vargas

Projeto: Preservação da memória das Olimpíadas – projetos e ações

Entrevistado: Danielle Nigromonte

Local: Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Entrevistadores: Carla Siqueira; Lilian Lustosa

Transcrição: Gabriela Franco Duarte

Conferência de Fidelidade: Lucas Pacheco Campos

Data de Conferência de Fidelidade: 26/01/2017

Data da transcrição: 16/10/2016

*Entrevista 05.10.2016*

C.S. – Rio, 5 de outubro de 2016. Projeto “Preservação da memória das Olimpíadas – projetos e ações.” Entrevista com Danielle Nigromonte. Entrevistadoras Carla Siqueira e Lilian Lustosa. Então, Danielle, queria começar te agradecendo pela disponibilidade em colaborar com o projeto e vou começar te perguntando um pouquinho, recuperando sua formação e como que você entra na área de cultura. Então, se você pudesse resumir um pouquinho como que foi essa trajetória de formação e como que você passou a trabalhar com cultura...

D.N. – Na verdade, eu que agradeço também a oportunidade de estar aqui. Eu sempre brinco que a cultura eu ganhei de presente. Ela foi quase um acaso na minha vida, mas daqueles presentes que a gente leva para a vida inteira. Eu sou formada em história, fiz história na [Universidade] Federal Fluminense. Também nunca quis ser professora. Meu primeiro estágio foi aqui, inclusive, no CPDOC e outros lugares. Não sei exatamente quando pintou essa história de querer ser historiadora, mas eu tenho a sensação que foi algo muito natural, que sempre foi assim. Eu sou de uma família de professores, então tive a oportunidade de conviver com muitos professores daqueles emblemáticos, daqueles inspiradores. Então acho que a história foi natural. Eu nunca pensei em outra possibilidade. Mas queria ser pesquisadora. Acho que nasci no país errado. [riso] Mas sempre tive essa vontade. Fiz a universidade com esse foco, mas depois fui fazer uma pós-graduação no exterior, logo no final da Universidade, em Madri, dentro da área de história. E aí, quando eu voltei... Eu já tinha antes, antes de ir para o exterior, feito o

concurso. A prefeitura de Búzios tinha se emancipado, tinha feito o primeiro concurso, eu fiz o concurso para professora de história. daquelas coisas da vida, quando eu voltei calhou de me chamarem e aí fui eu de mala e cuia para Búzios ser professora de história. Eu nunca havia pensado nessa possibilidade, mas eu também nunca fui de programar muito a vida, então aquilo foi acontecendo e assim foi. Isso foi 2001. Dois mil e um? Não. Sou historiadora, mas sou ruim de número. Tem que olhar aí no currículo. Foi 2001, não é? E aí logo no ano seguinte eu fiz outro concurso, que era da prefeitura de Cabo Frio. Então todo mundo brincava: “Você mora em Búzios, Cabo Frio. Que maravilha!” Mas eu tinha uma vida, realmente, muito atribulada, que é de professor. Para você ter um salário médio você trabalha três turnos. Então trabalhava de manhã, de tarde e de noite. Depois fui ser diretora de escola e aí em 2004, finalzinho de 2004, eu tive um problema de saúde na família, com minha vó, que minha mãe precisava de ajuda e eu tive que voltar para Niterói, porque eu morava na Região dos Lagos. E aí nessa época eu consegui fazer uma permuta. Na administração pública, na área de saúde e educação, você consegue fazer essa permuta, que servidores vão e vêm. Então eu consegui ir para Niterói com essas duas matrículas e o então secretário de cultura, que era o Marcos Gomes, uma pessoa muito importante da cultura da cidade, – já era secretário há algum tempo, – era meu amigo, ele falou: “Olha, Danielle, vem. Fica uma matrícula sua um período aqui comigo. Acho que você pode me ajudar.” E começou assim. Comecei como assessora. O então secretário de educação, que era o Waldeck<sup>1</sup>, que hoje é deputado estadual, falou: “Não, eu vou te emprestar a Danielle então, as duas matrículas. Fica com ela o dia inteiro.” E aí foi nesse momento que eu ganhei o presente. Não era alguma coisa que eu havia pensado, que eu havia planejado. E aí caí em um grupo que desenvolvia um trabalho já, do ponto de vista teórico, muito avançado para a época, que se chamava Cultura Para Todos. Um trabalho de atividades culturais nas esquinas e bairros menos favorecidos da cidade. Isso hoje já é muito comum, mas há tantos anos atrás isso nem do ponto de vista teórico estava desenhado. Era um grupo que fazia muito, mas realmente parava pouco para pensar, analisar e registrar o que era feito, o que é um equívoco. Isso, na área da cultura, a gente faz muito. A gente bota o bloco na rua, faz, faz, faz e acaba não parando nem para pensar e nem para registrar aquilo que a gente faz. Fiquei lá em Niterói esse período. Aí depois como subsecretária, depois como secretária de cultura. A prefeitura de Niterói, ela tem

---

<sup>1</sup> A entrevistada se refere a Waldeck Carneiro.

uma estrutura que tem uma secretaria e uma fundação de arte. Depois como presidente da FAN, que é a fundação de arte. Tive filho. Esse é o meu melhor papel. De tudo que está aí no currículo, o mais legal é ser mãe da Ana Clara. [risos] E aí, nesse mesmo período, o Sérgio Sá Leitão, ele ocupava junto com o ministro Gil<sup>2</sup>, à época, um cargo. Ele foi secretário nacional de políticas públicas, foi chefe de gabinete do Gil, e eu, por ser secretária de cultura em Niterói e ele Ministério da Cultura, a gente tinha alguma relação institucional. Então lá em Niterói a gente criou o I Conselho de Cultura, fizemos, à época, a I Conferência de Cultura... Então, por conta desse relacionamento institucional, a gente se conheceu. E aí depois ele saiu, foi para o BNDES<sup>3</sup>, depois para a Ancine<sup>4</sup>. Ele sempre ficava: “Ah, Danielle, vem trabalhar comigo. Vem, vem, vem.” E eu com filho pequeno. “Não, não, não.” Aí em 2011 eu resolvi aceitar o desafio. Para a gente que mora em Niterói, vir ao Rio de Janeiro às vezes é um evento. É muito confortável você morar em Niterói e trabalhar em Niterói. E aí, nessa época, era o início do governo Eduardo Paes e o Sérgio<sup>5</sup> havia feito uma proposta ao Eduardo de um projeto específico para a RioFilme, que é a empresa de audiovisual da prefeitura. E à época ele me chamou para ser gerente de investimentos da RioFilme. Havia lá uma separação, que era investimentos reembolsáveis e não reembolsáveis. Não reembolsáveis é aquele clássico fundo perdido, não é? Que é o a gente chama hoje de investimento em edital, que não necessariamente tem um retorno financeiro. Era o nome bonito para isso. E a empresa também tem, até hoje, uma parte específica de investimento para filmes que dão retorno financeiro, como se a prefeitura fosse sócia daquele filme. Tem um retorno que entra para a empresa e depois é reinvestido na própria produção de audiovisual. Então entrei. Para mim era uma coisa completamente nova. Porque audiovisual na área da cultura, ele é um campo muito específico, tem uma linguagem específica. Ele tem mais um caráter de indústria. Então aquilo, para mim, foi muito novo. Até do ponto de vista de entender. Até então, cultura para mim não tinha ainda esse caráter do nome que a gente queira usar. Seja economia da cultura, ou economia criativa, ou o nome que for. Então esse contato com o Sérgio me deu essa outra percepção, esse outro lado, essa outra possibilidade que o trabalho com cultura pode ter, o que foi bem legal. Ali a gente ficou um tempo, aí logo no segundo governo do Eduardo Paes, 2012, ele convidou o Sérgio para ser secretário de cultura da cidade.

---

<sup>2</sup> A entrevistada se refere a Gilberto Gil.

<sup>3</sup> Trata-se do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

<sup>4</sup> Trata-se da Agência Nacional do Cinema (Ancine).

<sup>5</sup> A entrevistada se refere a Sérgio Sá Leitão.

Aí o Sérgio falou: “Olha, amanhã todo mundo na Secretaria de Cultura.” Ele nem me perguntou. “Olha, Danielle, você é minha subsecretária de cultura. Amanhã você está lá.” Era um momento que eu não tinha nem como dizer não e, realmente, era uma oportunidade muito legal. E aí fiquei lá de 2012 a 2015. Porque aí houve a saída do Sérgio, houve a chegada do Marcelo Calero. Eu fiquei ainda um período com o Calero. Depois, por incompatibilidades administrativas, de formas de trabalhar diferentes, eu saí. Na realidade, ele me mandou embora e aí, nesse momento, logo que eu fui embora, na época, o João Brant, que era o secretário executivo do Juca<sup>6</sup>, então ministro, me ligou e falou: “Danielle, acho um absurdo isso tudo que aconteceu. Acho uma perda um quadro como você. Mas eu queria te fazer um convite. A gente conseguiu um orçamento grande para as Olimpíadas.” Uma coisa que o ministério passou quase um ano batalhando pelos famosos R\$ 85 milhões. “A gente conseguiu isso eu preciso de você, que eu preciso de uma pessoa no Rio de Janeiro. Porque a gente aqui, o ministério tem mil atuações, a gente está em Brasília, está longe. Eu preciso de duas pessoas no Rio de Janeiro para pensar a questão da programação cultural das Olimpíadas, patrocinada pelo MinC<sup>7</sup>.” Ei aí, nesse momento já, ele me sinalizou a existência do Zé, do Zé Mauro<sup>8</sup>, que trabalhou muitos anos, – acho que 10, 13 anos, sei lá quantos –, em vários governos da Secretaria de Cultura da prefeitura de São Paulo. Passou por várias gestões com o projeto específico, que é a Virada Cultural, mas é um cara que tem uma experiência na parte curatorial muito grande, artística, que não é a minha praia. A gente acaba fazendo porque está lidando com esse tema. Então ele juntou. Ele falou: “Olha, eu preciso de uma pessoa que conheça a cidade, como você, que administrativamente domine isso, e uma pessoa que tenha um olhar artístico.” Então esse casamento meu e do Zé se deu nesse formato assim, que a gente juntou duas características de cada um. Do ponto de vista pessoal foi muito interessante, porque poderíamos ser duas pessoas que não se bicassem, ou não se dessem, e a primeira vez que a gente se encontrou parecia que a gente já se conhecia há milênios e foi, realmente, uma experiência muito interessante. Ele, não conhecedor da cidade, do ponto de vista físico mesmo, de território, então a gente primeiro conheceu a cidade, – e ele tinha outros olhares –, para que a gente pudesse montar aquela programação, em especial à procura de lugares e de atividades não tradicionais, – que a gente, provavelmente, vai falar disso um pouco mais na frente

---

<sup>6</sup> A entrevistada se refere a Juca Ferreira.

<sup>7</sup> Trata-se do Ministério da Cultura (MinC).

<sup>8</sup> A entrevistada se refere a José Mauro Gnaspini.

– mas que a programação olímpica feita pela prefeitura já estava dando conta. Institucionalmente a gente ficou sob um guarda-chuva, que é o da APO, que aí que entra a questão da Autoridade Pública Olímpica. O MinC não tinha condições administrativas, não tinha cargo, não tinha forma de remunerar e ele, então... Na realidade, a própria APO, – talvez o Marcelo<sup>9</sup> tenha contado um pouco disso –, eles tinham, na época... Todos os ministérios chegavam na Casa Civil pedindo dinheiro, pedindo alguma coisa. Aí a Casa Civil falava: “Olha, dinheiro eu não tenho, mas se você quiser, Ministério do Meio Ambiente, eu consigo contratar para você duas pessoas na APO.” Porque os cargos da APO, dentro da estrutura do governo federal, são cargos considerados de valor muito alto, são um pouco fora da média. Então você consegue, com isso, contratar profissionais um pouco melhores. E o Ministério da Cultura tinha, entre aspas, dois cargos na APO. Essa estrutura montada informalmente com a Casa Civil, mas era para, de fato, as pessoas trabalharem. Então vinham duas pessoas do meio ambiente, que trabalhavam no Rio, na questão das Olimpíadas, mas se refere a meio ambiente. Mesma coisa com saúde, esportes e etc. Então no caso do Ministério da Cultura éramos eu e o Zé Mauro. A gente começou esse trabalho em dezembro, mais ou menos, de 2015. Então, assim, do ponto de vista institucional, nós éramos efetivamente ligados à APO, mas a gente vivia esse dilema até saudável, porque nós trabalhávamos com o MinC diretamente, mas institucionalmente ligados à APO, o que dava até uma flexibilidade na hora do trabalho, em especial na relação com o MinC na hora de montar a programação.

C.S. – Danielle, a gente vai explorar bem isso. Eu queria só voltar um pouquinho atrás para a gente... Já que a gente vai falar também dessa atuação do município na montagem dessa programação cultural, até a gente rastrear um pouco aí a origem dessas coisas. Primeiro queria voltar um pouquinho aí à época que você está como subsecretária do Sérgio Sá Leitão. Detalha um pouco qual a era a cara dessa secretaria naquela época. Quais eram os projetos, as atividades? Qual foi a cara dessa gestão Sérgio Sá Leitão?

D.N. – O Sérgio, ele tem um perfil, ele é um cara da inteligência. Não é um cara assim... Eu fico brincando que ele é autista. Falo para todo mundo que ele é um autista. [risos] Porque ele realmente é o cara do pensamento. Então quando a gente chegou, a secretaria, ela tinha já alguns programas, tem uma quantidade de equipamentos culturais

---

<sup>9</sup> Marcelo Pedroso, Presidente da Autoridade Pública Olímpica.

muito grande. Ela já funcionava no seu ritmo, tanto na parte de fomento com a Lei de Isenção Fiscal, existiam alguns editais pontuais, mas o que a gente percebeu, é que era uma secretaria que funcionava sem planejamento. Então se eu tenho um orçamento de, à época... Hoje são R\$ 200 milhões, mas eram, sei lá, R\$ 160 milhões, as pessoas vão usando até acabar. Acabou, não temos mais dinheiro. E quando você está em uma secretaria desse porte, que é uma cidade com a oitava economia do país, a prefeitura do Rio de Janeiro, a demanda, – que a gente chama de varejo –, do pessoal é muito grande. Se você deixar, todo dia tem centenas de pessoas na sua porta pedindo dinheiro para realizar os seus projetos bons ou ruins. Então a gente chamava isso de balcão. Então a secretaria, ela funcionava como se fosse um balcão de acordo com interesses... Tinha alguns editais, que a gente pode até questionar a legitimidade, a forma de escolha desses editais. E o que a gestão fez? Ela acabou com o balcão. Balcão, na realidade, seria apoio a projetos de forma discricionária. Então o combinado com o prefeito era o seguinte. Que é até legítimo um gestor, do ponto de vista estratégico, para a cidade, ele dizer: “Olha, eu acho que o Festival do Rio é uma atividade importante para a economia, para a cultura da cidade, portanto eles não vão participar de edital. Vamos aportar.” Eu acho que é legítimo. E o combinado, então, do Sérgio com o Eduardo<sup>10</sup> era: “Tudo que for discricionário, prefeito, é da sua alçada. Aqui a gente vai pegar todo esse orçamento e vai transformar em editais.” Então os editais, por exemplo, eram todos em papel, a gente começou a fazer ele de forma... Celso pode entrar, não é? [risos]

C.S. – Ah, Celso. Interrompe para dar “oi”.

D.N. – Corta.

C.S. – Corta e dá um abraço aí. [entrevista interrompida] Você estava contando essa coisa de diminuir o balcão e começar os editais. Quer dizer, aumentar o número de editais.

D.N. – Isso muda completamente a lógica de funcionamento da secretaria. Então você dá uma legitimidade maior aos editais e amplia também um conceito. Antes eles faziam edital dos clássicos, teatro, artes plásticas, dança, música. A gente ampliou para 10 linhas, que aí vão desde LGBT, infância, museus, atividades de rua. Então a gente ampliou e usou, – para você ter uma ideia –, nesse primeiro ano o edital... Acho que

---

<sup>10</sup> A entrevistada se refere a Eduardo Paes.

foram R\$ 35 milhões. Antes eram sete, por exemplo, só para você ter uma proporção. Então acho que a primeira mudança de foco é essa de como se utiliza uma parte substancial do orçamento, que é o fim do balcão. Continuaram tendo projetos, que a gente chama de projetos de continuidade, patrocínios grandes? Sim, mas sob orientação do prefeito. Então, na verdade, o Sérgio conseguiu blindar a Secretaria de Cultura de ser um balcão de pedidos e um lugar de atendimento dos modos de vida da classe artística carioca. Essa eu acho que é uma questão importante. A outra eu acho que é a sensibilidade de retomar uma política cultural que era de sucesso já há 10 anos no país, que era a questão do Cultura Viva, que absurdamente não existia na cidade do Rio de Janeiro. É tradicional também cidades grandes como Rio, São Paulo, sempre viveram de costas um pouco para o MinC, até porque têm um orçamento, às vezes, até maior, têm uma autonomia. Então houve esse resgate dessa relação com o Ministério da Cultura. Existia um convênio de Pontos de Cultura assinado desde 2009 com dinheiro em caixa desde 2009. Aí a gente chegou em 2012 procurando como é que está a casa, a gente encontrou o que? “Vamos colocar esse bloco na rua.” Então eu acho que essa foi uma forma da secretaria trabalhar e entender a cidade de forma diferenciada. O mais legal disso aí é que, na realidade, o Cultura Viva já vinha também por um momento de vários questionamentos, tanto na forma institucional, como se dá a relação com os proponentes, que é no formato de convênio, que é muito difícil. Você acaba criminalizando esses proponentes, porque não conseguem prestar contas, etc. Então a gente falou: “Olha, a gente precisa fazer alguma coisa diferente. A gente chegou atrasado, mas isso tem que servir para alguma coisa positiva.” Então a gente chegou atrasado nessa história, criamos a rede de pontos carioca, Pontos Cariocas de Cultura, pontos e pontões, mas vamos fazer alguma coisa diferente. Então a gente identificou, a gente oportunidade, por chegar atrasado, identificar nesses 10 anos tudo que era ruim na política do Cultura Viva, que já estava testado que era ruim. Aí a gente brincou, a gente chamava de Pontos de Cultura 2.0, que é o atividade de Ações Locais. Esse talvez seja o grande diferencial dessa gestão inteira, eu acho. Extrapola o Sérgio, passou pelo Marcelo<sup>11</sup>, passa pelo Júnior<sup>12</sup> e, nesse momento político atual, talvez seja a grande luta para que seja uma ação que continue, porque ela tira o foco da ação da secretaria também, porque foi uma secretaria que trabalhou sempre para os equipamentos culturais da cidade, que assim como todos os lugares do mundo, tradicionalmente, estão mais

---

<sup>11</sup> A entrevistada se refere a Marcelo Calero.

<sup>12</sup> A entrevistada se refere a Junior Perim.

ligados ao Centro e o equivalente à Zona Sul. Até pela história do local, que é onde a cidade nasce, poder econômico, etc. Então a secretaria, que trabalhava para esses equipamentos culturais e para produtores, – praticamente produtores da Zona Sul, muito especificamente produtores de teatro –, ela vira o olhar dela para um outro lado da cidade, que são as zonas Norte e Oeste. E aí essa é uma política não só da área da cultura. É uma orientação do governo Eduardo Paes todo. Eu acho que nessa parte de obras, especificamente, isso fica muito claro, mas atividade de saúde, assistência social, etc., educação, o olhar da administração pública vira um pouco para um lado da cidade até então esquecido. Esquecido ou não trabalhado devidamente. Então esse olhar, quando a Secretaria da Cultura não deixa, não fica de costas para a classe tradicional cultural carioca, mas entende que existem outros lugares da cidade onde também acontece cultura. E aí eu acho que o terceiro olhar diferenciado dessa gestão, que eu fui até um pouco resistente para entender, – talvez até por ter trabalhado em Niterói muito tempo, que é uma cidade menor –, em que a gente tinha que ir na praça, tinha que ir na praia fazer aquela atividade cultural, seja oficina, seja o show, seja o teatro. [Em] Uma cidade do tamanho do Rio de Janeiro, com 7 milhões de pessoas, você ir fazer três atividades em três praças e nada é a mesma coisa. Então, assim, esse entendimento de que quem faz cultura não é a Secretaria de Cultura, é a cidade, talvez seja o grande diferencial. Até porque você também muda toda a estrutura e forma de se trabalhar. Você tem um tempo para convencer os seus pares, – tanto os seus pares que estão dentro da secretaria, quanto os pares da cidade –, que você não está ali para emprestar o palco, para fazer o som. “Me empresta o som, me empresta o palco.” Não é isso que a Secretaria de Cultura faz, o que a Secretaria de Cultura tem que fazer nesta cidade. Talvez em Niterói, ou Porciúncula não precise ser assim, mas em uma cidade que tem a produção cultural pujante igual tem o Rio de Janeiro, o papel da administração pública é entrar fomentando essa cena em variados formatos. Então acho, assim, essa multiplicidade de formatos de fomento, que vão desde a RioFilme até a Secretaria de Cultura, seja no Ações Locais, Pontos de Cultura, editais e outros formatos e mecanismos de fomento, talvez seja o papel fundamental da secretaria, que é assim: “Olha, vocês existem, quem faz não é a gente e a gente está aqui para levantar a bola em jeitos diferentes.” Isso é muito duro. Não é simples na administração a gente ter esse entendimento, principalmente na área da cultura, porque tradicionalmente quem são os secretários de cultura são artistas, não necessariamente gestores. E você abrir mão de poder mandar na cidade nesse ponto de vista, que às vezes é muito simbólico, de falar:

“Olha, nesse teatro aqui, você, meu amigo que vai se apresentar, ou você...” Isso é um poder enorme. Do ponto de vista da vaidade pessoal do gestor é muito caro. Em especial quando a pessoa é artista ou ligada a alguma linguagem especificamente. Então você quebrar isso e falar: “Olha, a gente não quer. Eu não quero escolher a pauta do teatro. Eu não quero escolher qual artista que vai.” Quanto mais a cidade puder escolher, quanto mais... Edital, por exemplo, não é o caminho, não é o céu, não é o caminho ideal. Mas pelo menos ele não é discricionário de uma pessoa só. Ele é discricionário de um grupo de pessoas da sociedade civil, que chegam a uma conclusão ali para onde deve ir esse aporte ou não. Então assim, só recapitulando, acho que desse período dessa primeira gestão 2012-2013-2014 acho que tem esse perfil. Acho que é a mudança do olhar da gestão para outros lados da cidade, em especial a Zona Norte/Oeste, essa mudança de percepção do que é uma secretaria de cultura em uma cidade grande, que a fazedora não é ela. Ela é fomentadora e tem que fomentar... Não pode ser o mesmo tipo de fomento, porque as pessoas estão em condições diferentes e eu acho que, muito especificamente, essa questão da retomada do contato com o Governo Federal pelos Pontos de Cultura e o fim do balcão. Acho que talvez esse sejam os quatro pilares.

C.S. – Entendi. Danielle, nesse período ainda da gestão do Sérgio Sá Leitão, a gente tem aí grandes eventos acontecendo na cidade. Já eventos esportivos. Esportivos e não esportivos. A Jornada Mundial da Juventude, Copa das Confederações, a Copa do Mundo de 2014, os Jogos Mundiais Militares... Nesse período já há algum tipo de formulação de programação cultural para grandes eventos feitos dentro da secretaria?

D.N. – Não. Quer dizer, havia uma tentativa, por parte do Ministério da Cultura, já até junto com a APO, – a APO já existia –, em tentar... Na época eles juntaram as cidades que sediaram a Copa<sup>13</sup> junto com o Rio de Janeiro, por conta da Olimpíadas. Em um primeiro momento eles juntaram os dois temas. Eu fui a uma reunião e falei: “Nunca mais eu volto aqui.” [risos] Da perda de tempo que era. As pessoas ficavam viajando. Cada reunião as pessoas vinham dos seus lugares. Serviu para todo mundo conhecer o estado de cada um e os centros culturais de cada cidade. Do ponto de vista prático, – eu sou muito prática –, aquilo e nada era a mesma coisa. Então era um grupo, um GT, que se juntou. MinC que cabeceava isso junto com a APO, em uma tentativa de já pensar e se adiantar. Do ponto de vista do município, o posicionamento do Sérgio, então

---

<sup>13</sup> A entrevistada se refere a Copa do mundo de Futebol de 2014.

secretário, ele é muito pragmático. Ele falava assim: “Olha, eu não fui designado pelo prefeito para tomar conta de Olimpíadas. Então existe uma empresa olímpica municipal, existem outros organismos internamente cuidando disso. O dia que o prefeito chegar para mim e falar: ‘A área da cultura vai tomar conta da programação cultural’, eu vou fazer. Caso contrário, vocês não se metam nisso.” E a gente era muito demandado enquanto subsecretários, diretores e coordenadores, de participar desses fóruns, mas efetivamente a gente também não avançava, porque... E naquele momento eu até entendia. Ele falou: “Olha, eu não vou trazer para mim um problema.” O secretário dizia: “Um problema que ainda não é meu.” E a gente falava: “Olha, mas quando chegar próximo dos Jogos, especificamente, não da Copa, quando os Jogos chegarem isso vai cair no nosso colo e a gente vai ter que dar conta.” Ele falou: “Se cair, a gente vai ter que ter condições... O prefeito vai ter que dar condições para a gente realizar. Por enquanto não está no nosso colo.” Então durante a gestão do Sérgio houve muito pouco... A gente participava oficialmente dos fóruns, mas na prática, montar programação, ou pensar fomento, alguma coisa específica para o ano de 2016 não, por conta desse pragmatismo dele de achar que... Hoje eu avalio... Na época ficava raivosa e tal, mas hoje avalio corretamente, que o prefeito precisava demandar. Aí chegou um momento que ele demandou. Por uma questão política ele demandou isso do Calero. Falou: “Olha, toma que o filho é teu. Agora você resolve isso.” Então nesse primeiro período não houve. Especificamente com a Copa, quando a gente chegou já estava bem em cima da Copa, a única coisa que a gente conseguiu fazer... Eu até, pessoalmente, fui jurada de um edital que o MinC fez. Foi uma catástrofe absoluta. Eles fizeram um edital para atividades culturais nas cidades dos Jogos. Os artistas não receberam a tempo, foi daqueles caos institucionais clássicos. Na cidade o que a gente fez, - está aqui a Lilian, que pode contar melhor, - a gente conseguiu fazer um projeto específico para acontecer no equipamento cultural da cidade, que foi o Memorial Getúlio Vargas. Uma atividade específica, mas foi uma coisa muito pontual. Nossa leitura é que, realmente, do ponto de vista para as ações de cultura, foi tudo muito fraco. E eu, olhando para trás agora, realmente, do ponto de vista de público, eu não sei se a gente fizesse, potencializasse ações culturais nos centros culturais, se de verdade ia ter público. Porque a galera que veio para a Copa era um pessoal muito específico. O pessoal queria ficar lá em Copacabana, no *Fifa Fan Fest*. Queria ir lá ficar tomando cerveja, gritando. Não sei se as pessoas iriam a museu. Então não tenho... Não justificando por que não foi feito nada, não, mas eu não sei se seria, de verdade, um atrativo. Esses eventos internacionais

são sempre uma oportunidade da cidade se mostrar e aí, naturalmente, a cultura talvez seja o melhor caminho *soft power* para a gente se mostrar e se vender, mostrar quem a gente é. Na Copa foi perdida essa oportunidade não só no Rio de Janeiro, como em todas as outras cidades. O Brasil perdeu essa oportunidade. Nas Olimpíadas menos. Provavelmente poderia ter sido muito mais, em especial com a programação do MinC, mas se conseguiu um pouco programar melhor. Nessa colocação do Sérgio, pragmática, de não participar diretamente da programação cultural durante os Jogos, ele falava uma coisa muito séria. Ele falou: “Olha, dentro do dossiê quem é responsável por isso é a Rio 2016. Isso não é responsabilidade da prefeitura.” E não é mesmo. Qualquer outra que a gente fizer é um *plus*. A gente vai fazer porque a prefeitura quer fazer, porque trouxe isso para si, mas oficialmente, dentro da matriz de responsabilidade, isso é responsabilidade da 2016, que também foi uma furada total. A gente chega lá. [risos]

C.S. – Danielle, quando a gente entrevistou o ministro Marcelo Calero, ele contou a experiência da comemoração de 450 anos também da cidade e colocou essa experiência meio como um aprendizado para pensar essa programação cultural da cidade durante as Olimpíadas. Na comemoração de 450 anos qual foi o envolvimento?

D.N. – Essa história é bem interessante também, que foi parte desse mesmo pragmatismo do Sérgio. Quando o Marcelo nem estava aí na prefeitura ainda, que já havia esse desejo óbvio da prefeitura ter que organizar as comemorações de 450, o prefeito também, de forma muito... Como administrador ele falou: “Vou pedir à Secretaria de Cultura para organizar os 450 anos, porque aí o orçamento que é da cultura vira orçamento para os 450 e foi.” O César Maia fez isso lá na chegada da comemoração da Família Real. Quando que é? Dois mil e oito. Fez e deu uma M danada, porque ele pegou a Lei do ISS<sup>14</sup>, por exemplo, e jogou tudo. Tudo que acontecesse teria que ser naquela temática. Foi um caos absoluto. Então o Eduardo, ele tentou fazer isso. Assim, 450, atividade cultural, toma aí cultura. O Sérgio foi muito pontual. Falou: “Não vamos fazer.” Porque a luta dele era uma luta sempre pelo maior orçamento da cultura. Ele falou: “Cara, se a gente absorver a comemoração dos 450 anos, acabou todo o outro restante. Ponto de Cultura, edital, ISS, acabou tudo para a cidade. A cidade não tem que viver só isso.” Então a gente insistiu muito para que fosse criado o Comitê 450, que fosse uma coisa ligada ao gabinete do prefeito. A gente tentou

---

<sup>14</sup> Trata-se do Imposto Sobre Serviços.

tirar o máximo disso da cultura, mas com o objetivo de que isso não atrapalhasse o orçamento de cultura para a cidade. Não é “ah, não quero fazer porque dá trabalho.” A gente acha que tem que ser um organismo independente. Foi quando foi criado o comitê. Então o nosso envolvimento com os 450 anos, ele se deu muito no final, quando nesse edital de ações locais, que era essa ideia inovadora, de forma de premiação, de fazedores de cultura da cidade. Como eram os 450, aí o prefeito pediu: “Vocês podem fazer o edital para atividades culturais da Zona Norte e Zona Oeste junto com os 450?” A gente tentou, tentou, tentou. Não deu. No final das contas a gente criou o edital que tinha o nome: “Ações Locais, comemoração 450.” Mas uma questão nominal só. Na realidade, ele tinha o escopo todo dentro desse formato do Ações Locais. Então nossa interação com os 450 foi essa. Já era um período que o Sérgio já queria sair da secretaria há algum tempo. Na realidade, ele tinha uma insatisfação grande com a continuidade do orçamento da RioFilme. Assim, acho que o tesão dele é mesmo pelo audiovisual. Era o que ele curti. E aí na lógica do prefeito eu entendo que ele fez o seguinte: ele pegou a RioFilme... Realmente, eles deram... De 2009 para a frente eles cresceram, assim, 500%. Aí quando o negócio deu certo, o prefeito falou: “Isso aqui está resolvido.” O cara deve ter 300 problemas para resolver. Ele falou assim: “Olha, isso aqui está resolvido. Tira. Vamos para o próximo.” O que significa que o orçamento da RioFilme estagnou. Então o Sérgio tinha uma luta muito grande com o Eduardo para que isso continuasse aumentando e isso não aumentou. Então essa insatisfação gerou nele a vontade de debandar. E assim fez. Demorou um pouco e aí já era o finalzinho dos 450. Eu acho que o Eduardo [Paes] em uma decisão muito acertada, ele juntou também a fome com a vontade de comer. Falou: “Eu tenho uma pessoa aqui... O Marcelo<sup>15</sup>, que é um cara dedicado, esforçado, inteligente e tal, que já está fazendo isso. Vou juntar aqui e ele fica responsável pela cultura.” E assim foi. No dia a dia da secretaria, o que a gente teve de uníssono nos 450 foi especificamente esse edital, mas uma questão meramente nominal.

C.S. – Danielle, então quer dizer que a secretaria só começa a pensar a programação cultural para os Jogos Olímpicos com o Calero.

D.N. – É. E aí isso nasceu também fruto de uma conjuntura de negociação com [inaudível]. Sempre maior. As decisões nossas como gestores, acho que elas têm um

---

<sup>15</sup> A entrevistada se refere a Marcelo Calero.

vezo de questão pessoal, de decisão pessoal de característica de cada um, mas ela está sempre envolvida com a conjuntura política e social que a gente vive. Então, nesse caso específico, quando o prefeito pede para a Secretaria de Cultura desenvolver isso, também não foi à toa. O cenário paralelo que existia era nessa negociação de recursos, de quanto a prefeitura coloca nos Jogos, quanto o governo do estado coloca nos Jogos, nesse tabuleiro, quanto o governo federal coloca nos Jogos. Nessa negociação toda chegou uma hora que o prefeito falou assim: “Ah, não, deixa que cultura eu resolvo. Isso aqui você faz isso, você paga o metrô, você paga a eletricidade, você paga a Light, você paga o, sei lá, Velódromo e cultura...” Quando o prefeito trouxe isso para ele, ele teve que passar a bola também. Então a conjuntura foi essa. Também não foi uma vontade do Marcelo<sup>16</sup>. “Ah, eu quero.” Ele foi demandando disso, na minha leitura, por conta dessa conjuntura. Havia uma demanda da Rio 2016, da Carla Camurati, que é responsável pelo setor de cultura. Eles tinham um projeto... Celebra acho que é o nome. Primeiro com [inaudível] milhões e existia um boato que existiam R\$ 50 milhões, R\$ 50 milhões, R\$ 50 milhões. Ela ia lançar o programa, o prefeito falou: “Não lança, que cultura agora é com a gente.” Ela teve que cancelar o lançamento e aí ficou essa [inaudível] de que a cultura, então, seria responsabilidade da prefeitura. E aí, com o passar do tempo, ela foi sendo, – ela, a Carla –, dentro da Rio 2016, esvaziada politicamente. Até porque existiam problemas tão graves na montagem da estrutura... Talvez a Juliana Carneiro tenha contado isso bem, porque ela é responsável pelo acompanhamento dessa diretoria de serviço, que tem milhões de temas. Desde saúde equestre, lá dos bichinhos, até saúde, ambulância, eletricidade, etc. E que a gente sabe que o tema cultura, não por nossa vontade, na discussão nacional acaba sempre sendo jogado de lado. Ele nunca tem a importância que a gente acha que deveria ter e isso, na Rio 2016 aconteceu, como acontece em outros governos. Então acho que a Secretaria de Cultura do Rio ter absorvido parte dessa programação plural tanto pela Riotur, – uma parte grande pela Riotur<sup>17</sup>, que é o caso do Boulevard Olímpico –, tanto pelas outras tentativas feitas pela Secretaria de Cultura, nascem aí dessa conjuntura. E aí quando houve essa demanda do prefeito... Superengraçado, porque aí o Marcelo falou: “Então vamos fazer o quê?” E ele, o Marcelo, assim, é um cara muito inteligente. Ele não é da área da cultura, mas ele é o tipo do cara que, falou uma coisa para ele uma vez, basta para ele aprender. Ele absorve aquela informação e vai. E aí, na realidade, ele não tinha

---

<sup>16</sup> A entrevistada se refere a Marcelo Calero.

<sup>17</sup> Trata-se da Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro (Riotur).

esse conhecimento. Aí um grupo da Secretaria de Cultura, – eu mais algumas duas ou três pessoas –, a gente montou um Programa de Fomento Olímpico, que tem alguns dados bem interessantes, que a gente conseguiu dar conta de demandas antigas da cidade. Por exemplo, várias instituições culturais privadas da cidade que já desenvolvem suas atividades culturais e que não têm um apoio público. Por que a administração pública tem que ser dona do equipamento cultural? Dona do museu, dona da biblioteca. Tem um monte de gente que tem biblioteca na sua garagem. Por que o poder público não chega? Então tinha uma linha do edital que era aporte para atividades em equipamentos culturais privados. Uma outra, por exemplo. acessibilidade. Como é que a gente vai receber uma Paralimpíada e a gente não vai falar de acessibilidade? Mas aí a gente não está falando de acessibilidade da libra, do não sei o que. Eu estou falando do artista com deficiência. Então a gente fez uma linha do edital que era para artista com deficiência. Tinha que ter 50% de pessoas com deficiência. Então a gente montou um programa enorme, que tinha vários braços, só que o Marcelo queria fazer com o dinheiro da secretaria. Então a gente demorou umas duas semanas para convencê-lo. Falei: “Marcelo, é o maior evento do mundo. Não tem como fazer sem dinheiro. Você tem que pedir ao prefeito o dinheiro. Se ele já disse que a responsabilidade é da Secretaria de Cultura. Ele não falou que tinha lá...” Aí o Marcelo: “Mas quanto?” Aí eu chutei. Vieram os R\$ 50 milhões da Carla Camurati. Falei: “Cinquenta milhões.” [risos] Mas houve um convencimento e ele foi muito receptivo a isso e acabou convencendo o prefeito que não dava para a gente fazer um negócio chinfrim. Não dava para botar um palco na Praça Tiradentes com três pessoas cantando. Tinha que ser um negócio mais profissional. E aí o programa de fomento, que tem vários vieses, ele foi criado nessa estrutura. Mas ele foi criado muito a quatro portas. Ele foi criado sem ser compartilhado com a cidade por alguns motivos. O primeiro era tempo. Era tempo da administração pública, que naturalmente é lento... Até tempo para você fazer edital, mandar para a procuradoria, aquelas nuances todas. Se você sentasse para conversar com a cidade, ele não iria acontecer. Então foi tomada uma opção. O Marcelo estava chegando também, ele ainda não tinha essa cancha toda de sentar... Depois ele foi adquirindo isso, fazendo as escutas com as áreas, com as linguagens. Então foi uma coisa feita muito dentro do gabinete. O que eu acho que o deslegitima por um lado, mas o legitima por outro, porque também se não fosse assim, não aconteceria nada.

C.S. – Mas, Danielle, houve questionamento em relação a isso?

D.N. – Na cultura sempre tem questionamento. [risos] Eu fico brincando que elogio na área cultural do Rio de Janeiro é silêncio. Quando está aquele silêncio, esse é o maior elogio que você pode receber. Então é natural, faz parte da nossa área mesmo. Mas como ele foi muito... Na realidade, ele sobreviveu com menos questionamento pela ausência de iniciativas dos outros entes. Como não tinha nada do governo do estado. Nada, zero, zero real e zero atividades, e o Ministério da Cultura também muito atrasado... Porque quando foi lançado o Fomento Olímpico isso foi acho que julho de 2015. Era um momento que o MinC ainda estava batalhando pelo orçamento dos R\$ 85 milhões, que ele só conseguiu em 4 de janeiro de 2016. Então a ausência de outras atividades legitimou o programa, porque a gente também enchia o peito e falava: “Olha, ninguém faz nada para as Olimpíadas. Só quem faz somos nós.” Então qualquer coisa que alguém reclamar, a gente fala: “Olha, mas a prefeitura...” E é verdade. Isso dava uma segurança muito grande, porque a gente cresceu na ausência da ação dos outros entes, o que é muito triste, mas é real.

L.L. – Do Programa de Fomento Olímpico o que foi executado, de fato, de tudo que estava previsto no edital? Quer que eu te lembre as linhas? Ações Locais, Viva o Talento, apoio à produção independente, manifestações populares, apoio às instituições públicas, às privadas, Temporada Popular e apoio à acessibilidade nas artes.

D.N. – Então, desses todos aí o Vivo o Talento, que era R\$ 1,4 milhão, eram atividades para acontecerem dentro de equipamentos culturais da Secretaria de Cultura. Foi feito o edital, mas ele não foi pago. O Marcelo<sup>18</sup> saiu e não houve esse pagamento. São 180 artistas que não receberam e não vão receber até 31 de dezembro. Então esse não foi pago.

C.S. – Mas foi realizado.

D.N. – Foi realizado. Houve a seleção, as pessoas se inscreveram, mas não foi pago. Além disso aí, todo o restante foi realizado e pago há muito tempo e feito. Outra coisa que não realizada: o pontos... O Pontos de Ações Locais, salvo engano, cada ação local receberia R\$ 20 mil para cinco apresentações. Eles só receberam uma apresentação. Receberam então R\$ 4 mil, não é? Quatro vezes cinco, 20, que eu conto miçanga, não sei fazer conta direito. Receberam cada um R\$ 4 mil. Isso estava previsto no edital, mas

---

<sup>18</sup> A entrevistada se refere a Marcelo Calero.

naturalmente, você, quando se inscreve, diz que você vai ganhar R\$ 20 mil, você se prepara para R\$ 20 mil. Por falta de orçamento foram pagos só R\$ 4 mil, equivalente a uma apresentação e eles todos se apresentaram. Se apresentaram nos *live sites*, lonas e arenas. A outra coisa que foi programada e não aconteceu foram... Esses Ações Locais e outras atividades se apresentariam em palcos descentralizados na cidade. Eram cinco palcos nas cinco APs, nas áreas administrativas da cidade, que a cada 15 dias, dentro de cada AP, eles trocavam de lugar. Então Zona Sul: eu escolho lá Arpoador e escolho Gávea. Quinze dias o palco ia estar em um lugar, 15 dias ia estar no outro e assim durante todo o período olímpico. Esse não aconteceu. Fizeram a licitação dos palcos, som, luz, etc., mas por falta de orçamento também os palcos não aconteceram. Mas tinha programação para esses palcos, que é esse que eu falei anteriormente, que receberam R\$ 4 mil. Então a gente teve que deslocar toda essa programação para os *live sites*, em especial aqui da Praça XV, da Praça Mauá, e para dentro de lonas e arenas. Todo o outro restante aconteceu, que era a parte mais legal mesmo. A parte que aconteceu. Tirando o Viva o Talento, que é essencial, mas essa parte dos deficientes, de apoio a temporadas populares, todas elas aconteceram tranquilas.

C.S. – Então o que não aconteceu, não aconteceu por falta de verba.

D.N. – De orçamento.

C.S. – Mas isso já não estava destinado? O que aconteceu aí no meio do caminho?

D.N. – Eu não estava lá, mas voltando para lá agora e olhando, acho que houve uma leitura equivocada do orçamento. Porque orçamento... Tem o orçamento e o financeiro. Orçamento é o campo das ideias e o financeiro é aquele dinheiro real que está ali na conta. Acho que havia um estudo de redução do orçamento em outras áreas para poder pagar essas coisas, que não conseguiu ser efetivado. Então esse R\$ 1,4 milhão viria da economia de outras ações, que não aconteceram, por variados motivos. Então acho que se contou com o ovo antes da galinha. Como é que é? Se contou com o valor que, de fato, ele não existia. Mas aí por um equívoco de leitura administrativa. O Marcelo<sup>19</sup>, ele não teve a irresponsabilidade... “Ah, vou lançar no edital sem orçamento.” Quando ele lançou havia orçamento, mas depois acabou sendo utilizado para outras coisas. Então hoje faltam, por exemplo, esse R\$ 1,4 milhão, que talvez seja o mais grave.

---

<sup>19</sup> A entrevistada se refere a Marcelo Calero.

L.L. – O Viva o Talento, só para esclarecer, que as ações nem chegaram a ocorrer. Não é que as pessoas realizaram e não foram pagas. Eles não chegaram a...

D.N. – Não, não. Assim, do ponto de vista administrativo, até tem uma cláusula lá dizendo, que se não tiver orçamento, não vai ser pago. Administrativamente ok, mas existe uma questão moral com as pessoas. Você criou uma expectativa, as pessoas se prepararam, participaram de um concurso, foram selecionadas e não, – essas, no caso –, vão receber. Todo o restante aconteceu.

L.L. – A partir desses inscritos e desses selecionados no Fomento Olímpico você acha que se montou na cidade uma programação democrática?

D.N. – Porque assim, a programação da prefeitura, olímpica, ela é uma junção... Acho que ela é um tripé. Ela é o que a Riotur fez, que aí se concentra muito especificamente na questão do Boulevard e dos *live sites*. Ela é o que a Secretaria de Cultura fez, mas é o que ela faz normalmente também dentro dos seus 60 equipamentos e ela é o que a cidade faz, porque a gente tem outras instituições. Centro Cultural Banco do Brasil, Moreira Sales, outras instituições privadas e tão importantes da cidade. A programação olímpica, eu acho que ela passa por aí. A programação privada não tem como avaliar, mas eu acho que ela correu o curso normal dela. Ela não tem um perfil democrático, seleção pública. Alguns organismos fazem, outros não. A da Riotur também não creio que tenha sido, assim, democrática, no sentido bem estrito do que a gente entende por democracia. Ela foi feita por uma empresa privada. Eles usaram o mesmo formato que eles usam no Réveillon, que eles licitam a possibilidade de uma empresa explorar aquele espaço ali e ela mesma tem que conseguir os patrocinadores. Então fizeram uma licitação. Quer dizer, a prefeitura não entrou com dinheiro nenhum. Acho que nem nos palcos não entrou com dinheiro nenhum. E a empresa ganhadora, ela te apresenta um plano de captação. Eram R\$ 35 milhões para montar toda a programação. E ele vende o espaço. “Olha, meu patrocinador vai A, B, C, ou D.” No caso, só podiam ser os olímpicos, por conta das restrições de marcas, mas o acesso e a montagem dessa programação, ela não teve nenhuma seleção pública, nada. Foi feita do ponto de vista curatorial artístico pela empresa que... A gente até deu... Enquanto a gente estava na APO a gente deu uma ajuda à pessoa lá na época, e eles não conseguiram captar o valor todo, então ela foi bem reduzida. Então vou dar um exemplo. O palco da Praça XV iria funcionar no período dos Jogos, entre Jogos e Paralímpico. Ele só funcionou durante os

Jogos. Houve uma redução também da perspectiva inicial da Riotur. No caso da Secretaria de Cultura acho que houve um desejo que ela fosse um pouco mais democrática, em especial nessa questão dos palcos. Então ela, talvez, tenha sido democrática no desejo e na seleção pública. Afinal de contas, foram, sei lá, não lembro o resultado, mas 200 ações locais, mais 50 festas, mais tantas temporadas populares. Sei lá, uns 350 atores da cidade e aquilo que a gente falou de edital. Não sei se edital ainda seja o melhor formato democrático, mas é o que temos para hoje. Então acho que houve um desejo, mas no momento final da circulação não conseguiu se cumprir o desejo inicial. Mas eles, assim, se apresentaram. Aconteceu. Democrático no sentido *lato sensu*, acho que nenhuma delas. Talvez a mais próxima tenha sido a da Secretaria de Cultura na forma de seleção, não no momento da circulação.

L.L. – Bom, voltando nessa preparação para as Olimpíadas, queria que você falasse um pouco da Maratona Cultural que aconteceu em agosto. Como é que foi isso para a secretaria, que foi esse evento teste, não é?

D.N. – Nesse momento, o Marcelo Veloso já tinha chegado na APO responsável pela parte de cultura. Até para a gente ter uma aproximação pessoal muito grande e ficava: “Gente, por favor me ajuda a juntar os três entes, governo do estado, o MinC e prefeitura. A gente não consegue.” Passamos meses insistindo até que a gente teve essa ideia de fazer um ano para os Jogos. A Rio 2016 iria fazer uma atividade enorme na praia de Copacabana, o prefeito disse: “Não vou pagar”. Era um absurdo, eram R\$ 4 milhões para fazer um show sei lá com quem. O prefeito falou: “Nem pensar.” Eles iam fazer uma atividade fechada no Teatro Municipal, eu falei: “Eu não participo.” Fazer uma atividade paga para o público fechado no Theatro Municipal e nada para mim é a mesma coisa. Foi quando a gente teve a ideia de fazer uma atividade que juntasse os três. Acho que nesse momento olímpico talvez tenha sido um dos únicos momentos em que a gente conseguiu juntar os três entes federativos. De forma muito tímida, mas eu acho que vale pelo simbólico de ter conseguido juntar. Então o que eu fiz? Chamamos todo mundo em uma mesa, o clássico. Falei: “Então vamos fazer uma atividade no dia tal, todo mundo junto?” Você pode fazer com o que? O governo do estado falido, o que você vai fazer? Na época quem veio representando foi o Marcos André e aí eu falei: “Olha só, eu sei que vocês têm, por exemplo, a imprensa oficial. Já rodei lá um milhão de coisas gratuitamente. Então vamos fazer o seguinte? A gente faz uma programação, você roda.” Uma coisa muito primária. A gente foi decidindo assim o que cada um

fazia. Na verdade, era pegar o que a gente já fazia e dar uma potencializada. Houve uma série de indecisões no meio do caminho, porque a gente queria fazer uma coisa mais noturna e aí, por questões de segurança na cidade, não dava. O MinC, naquela época, dentro da própria Maratona Cultural ele quis dar uma... Já no finalzinho. Questão de aplicação de marca, aquelas besteiras no final. Quis quase sair um pouco da história, mas efetivamente o evento aconteceu. Eu acho, olhando para trás também, que ele teve para a cidade um efeito... Aquilo e nada praticamente para a vida da cidade... O impacto, o resultado é muito pouco. Mas o que houve de interessante foi justamente essa possibilidade real, porque aí a gente vê que é possível que os três entes trabalhem em conjunto. E no caso das Olimpíadas a gente conseguiu ver isso em muitas áreas. Na área da saúde, especificamente, o trabalho que foi feito de... E outras áreas também, mas área da saúde talvez tenha sido mais... E segurança também. Desse trabalho conjunto dos três entes, como ele pode funcionar, ele pode ser eficaz. E aí depois da Maratona Cultural a gente não conseguiu fazer mais nenhuma atividade que casasse os três entes, para frustração da APO, do Marcelo<sup>20</sup> e do país.

L.L. – Mas aí eu queria que você falasse do papel da secretaria dentro da Maratona. Qual foi a programação?

D.N. – Eu estava de férias, não é? Eu estava em Cuba nesse dia. [riso]

L.L. – Eu estava lá. Mas eu sei que se entrou com recurso, um pequeno recurso para os equipamentos prepararem. Então queria que você falasse sobre isso.

D.N. – Na realidade, quem desenvolveu as atividades acabaram sendo a secretaria, a Funarte<sup>21</sup> na época, via Ministério da Cultura, também entrou com uma grana para potencializar ações, em especial ali na área da Cinelândia, Biblioteca Nacional, na própria praça mesmo da Cinelândia, eles fizeram uma atividade grande e a gente informalmente, dentro da Secretaria de Cultura, batalhando porque os centros culturais ligados à secretaria, eles não têm orçamento próprio. Então o Memorial Getúlio Vargas, o Hélio Oiticica e outros lugares, eles não têm o orçamento que eles possam... Igual escola. Diretora de escola, ela tem lá um orçamento que ela pode manejar, se ela comprar A, B, C, giz. A pessoa nem usa mais giz, não é? Merenda, o que for, ela tem essa autonomia. Os centros culturais não têm essa autonomia administrativa e

---

<sup>20</sup> A entrevistada se refere a Marcelo Pedroso.

<sup>21</sup> Trata-se da Fundação Nacional de Artes (Funarte).

financeira. Então, na época, a gente conseguiu pagar algumas atividades artísticas para potencializar um pouco aquela programação, que aconteceu acho que foi em um domingo, não foi?

L.L. – Sábado e domingo, um final de semana inteiro.

D.N. – Sábado e domingo. Um final de semana de atividades. Então a gente fez assim, horários estendidos... Quando eu digo que não funcionou, ela aconteceu. Aconteceu. As arenas culturais, o cara fazia de manhã atividade para criança, feijoada. Bombou de gente e tal, mas aquilo não contaminou a cidade. Até porque, do ponto de vista da divulgação, acabou ficando muito frágil, que é sempre onde a administração pública peca também, que a gente comunica muito mal. Ela aconteceu, mas a proposta era que isso se repetisse durante os Jogos, durante um período grande, durante vários períodos. Jogos, entre Jogos e Paralimpíada, que esse formato maratona potencializado, tipo Virada Cultural de São Paulo, que isso acontecesse também. Isso não aconteceu. Então era um piloto, que a gente tentou que depois ele se repetisse, mas efetivamente ele não se repetiu. Mas eu julgo ser um sucesso por ter conseguido unir forças até então díspares.

L.L. – E como foi que surgiu a ideia da criação do passaporte cultural da cidade olímpica?

D.N. – Essa pergunta é boa. Essa tem que fazer para o IPHAN<sup>22</sup> também. O João vai te responder outra coisa. [risos] Lá na época dos 450. Pergunta a Vera Mangas, que ela vai te dizer. Na época dos 450 havia um... Aliás, eu acho que essa ideia do passaporte cultural, para quem trabalha com museus e centros culturais, ela é um sonho antigo de muita gente. Às vezes as pessoas conseguem fazer, mas às vezes só em um final de semana. Tipo Santa Teresa de Portas Abertas, um formato assim. Você consegue fazer, mas sistematicamente, como política cultural efetiva e contínua, não se consegue. Então houve lá nos 450 um desejo do IPHAN. Não. Desculpa, do Ibram<sup>23</sup>. Do Ibram com a Secretaria Municipal de Cultura, especificamente para museus. Eles até abriram, acho, que na época, para alguns centros culturais. E aconteceu durante os 450. Só que ele foi um sucesso. Ele pegou de forma... As pessoas têm um fetiche com papel. Eu sei porque eu sou. Então a distribuição do papelzinho foi uma febre na cidade, acabou. Mas ele foi

---

<sup>22</sup> Trata-se do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

<sup>23</sup> Trata-se do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram).

feito Ibram e Secretaria de Cultura. Tanto que foi o Ibram quem imprimiu os caderninhos todos. Como ele foi muito sucesso, o Marcelo<sup>24</sup> absorveu essa ideia. Absorveu é a palavra que eu estou usando. Provavelmente o Ibram vai dizer “se apropriou” da ideia. [risos] Eles têm essa mágoa. No período que eu fiquei lá trabalhando com o MinC eu ouvi isso muitas vezes. Aí a gente estendeu a questão. A ideia do Marcelo era fazer a questão do passaporte cultural não só para museus, mas para centros culturais e outros serviços da cidade, restaurante, etc. Internamente a gente, dentro daquela lógica lá atrás, que a gente achava que a Secretaria de Cultura não tem que fazer coisas... Tanto que até aqueles cinco palquinhos a gente foi muito contra, porque eu falava: “Não é a gente que tem que fazer isso. Pelo amor de Deus. A gente não tem nem braço, não tem nem produtor cultural.” Tem gente de formação de produção cultural, mas produtor mesmo, para estar na rua batalhando a gente não tem. Então houve, administrativamente, uma discussão com o Marcelo para que esse programa do passaporte cultural fosse licitado, mas para uma empresa explorar. Provavelmente uma empresa que fosse patrocinadora dos Jogos, para ele ganhar uma dimensão maior. E na época ele não quis, acabou a própria prefeitura licitando o serviço e acabou que agora, no período eleitoral, a legislação entendeu, o juiz entendeu que ele não podia continuar, o que eu achei um equívoco, porque ele atendia estrangeiros, atendia uma quantidade de pessoas fora do estado enorme e, na verdade, ele era uma política de fomento também. Porque você, de alguma forma, estava potencializando o consumo cultural em variados níveis. No final ali da cadeia produtiva você estava, de alguma forma, fomentando. O Júnior, atual secretário, ele sempre, do jeito dele, reclama muito disso, que nesse momento em que a legislação, o juiz eleitoral cancelou a possibilidade do passaporte, nenhum produtor cultural desta cidade veio a público ou não a público reclamar do fim disso. Aí a gente fez um histórico. Na verdade, a gente fomenta, o cara recebe. Recebe lá R\$ 300 mil, R\$ 400 mil para fazer a sua peça de teatro. Muitos estão pouquíssimo preocupados se aquilo vai dar público ou não. Isso é uma loucura, porque na verdade o foco da Secretaria de Cultura deveria estar não no produtor cultural, mas [no] nosso cliente específico, que é o público. É como se a Secretaria de Saúde trabalhasse para hospitais e não para a população da cidade, como se a Secretaria de Obras trabalhasse para empreiteira e não para a cidade. Então a gente se viu nesse dilema. “Caramba, por que ninguém está reclamando de ter acabado?”

---

<sup>24</sup> A entrevistada se refere a Marcelo Calero.

Ninguém reclamou. Mil estabelecimentos, mil atividades culturais cadastradas. Por que ninguém reclamou? Porque, na verdade, a gente acaba financiando o modinho de vida da classe cultural carioca. Eles recebem, fazem, recebem, fazem, recebem, fazem. E muitos não têm a responsabilidade. Muitos sim, mas uma parte grande não tem essa responsabilidade com oferecer o que ele faz ao público e a gente sabe que a quantidade de público que a gente tem nos nossos equipamentos culturais, para o público da cidade, eu acho irrisória. A nossa meta essa ano são 4 milhões de pessoas/ano. Sendo que um dos equipamentos novos, que é o Museu do Amanhã, é responsável por 1 milhão. Então é muito pouco. A nossa meta, que já é internamente considerada alta, eu acho, particularmente, muito pouco, mas é porque não há esse comprometimento mesmo da classe às vezes com o público. Mais importante é o que ele está fazendo. Se aquilo ali está ok, agora, se tem 10 pessoas na plateia, 13 ou 250... O que é muito triste.

L.L. – Mas teve algum aporte de recurso para alguma empresa para o passaporte?

D.N. – Teve. Um milhão de reais.

L.L. – Como é que era distribuído esse dinheiro?

D.N. – Um milhão de reais a empresa é responsável por tudo. Então ela é responsável por fazer o site lá onde as pessoas se cadastram, os pontos todos de entrega, – sei lá, 10, 15 pontos, sei lá onde tem, para a pessoa ir lá pegar, – todo o envio –, você pedia também chegava na sua casa. Esse custo de R\$ 1 milhão pagou tudo. Ela, empresa, tinha uma... Eu já não estava lá mais na licitação, mas lembro *em passant*. Na verdade, ela poderia lucrar muito mais se ela conseguisse... Quanto mais passaportes ela conseguisse emitir, mais lucro essa empresa teria. A gente pagou como se fosse um *fee*, um básico e aí, se estourasse, tivessem 500 mil passaportes, ela ia lucrando. Mas aí o programa teve que ser interrompido no meio. O valor total do projeto, R\$ 1 milhão. Eram R\$ 2 milhões, aí teve que cortar e tal. Mas toda uma infra. As impressoras 3D, sei lá o que, que imprimem o negócio, as pessoas que trabalham nesses lugares... Tinha uma infra, mas foi licitada uma empresa para fazer isso.

L.L. – Você acredita que o passaporte foi a grande ação que é [inaudível] à secretaria das Olimpíadas?

D.N. – Eu acho que a grande ação da prefeitura nas Olimpíadas... Talvez aqueles dois itens do edital de Fomento Olímpico, que é o de artistas com deficiência e uma demanda

antiga da classe, desde as conferências de cultura, conselhos de cultura, de que a prefeitura deveria apoiar atividades regulares de cultura que não são, necessariamente, públicas, mas têm interesse público. Deixa eu dar um exemplo. Sei lá, na ladeira da Gloria, ali, tem uma casa de cultura privada. Você pode desenvolver atividade de interesse público e não ser um organismo público e o poder público pode financiar isso. essa demanda é muito antiga, que eles chamam de rede complementar. Então acho que talvez o maior avanço que tenha passado despercebido é a gente ter conseguido aportar, investir, em ações de cultura da cidade, que antes não conseguiam ter. Isso é uma coisa que deveria continuar. Não, não acho que... Até porque o passaporte é uma releitura de uma outra atividade que já houve e talvez por a gente não ter conseguido ver o final dessa história, até para avaliar o impacto, os resultados... Que a ideia era fazer um... Quem foi, quantas pessoas foram, foram aonde, usaram... Parou no meio do caminho, a gente não consegue avaliar de verdade o impacto. Mas do ponto de vista inovador na área da cultura, eu acho que essas duas linhas de artistas com deficiência e instituições privadas, eu acho mais legal.

L.L. – Ok. Você pode falar um pouco do festival Cidade Olímpica?

D.N. – O que é o festival? [risos]

L.L. - Pois é. Eu sabia que ia...

D.N. – É porque, olha só, isso é uma coisa interessante. O Calero, quando ele chegou... Cada um com suas características. Ele pegou um bonde que já estava... Tanto do ponto de vista orçamentário, estava tudo pronto. Ele chegou em janeiro. Quando o orçamento abre, em janeiro, ele é fruto de uma discussão do ano anterior. Então quando ele chega em janeiro, todos esses programas que a gente listou, tirando o olímpico, já estavam prontos. Ações locais, Pontos de Cultura, Fomento, estava tudo pronto. O que ele chega e faz, – que tem o seu valor também –, é nomear essas coisas e dar visibilidade naquela lacuna de que administração pública faz isso muito mal. Então ele deu nomes, bonitos ou não, aos programas que já existiam, outros não. Ele deu um olhar de marketing para poder vender aquilo que é interessante. Então quando você me pergunta, tem tantos nomes “viva não sei o que”, que eu não lembro.

L.L. – Eu acho que esse festival Cidade Olímpica, ele não ocorreu, mas o que estava previsto...

D.N. – Esse festival não era os palquinhos?

L.L. - É, mas nossa pesquisa é que eram dois palcos itinerantes com cerca de 800 apresentações e 200 dias de atividades.

D.N. – É isso. É esse.

L.L. – Aí iam percorrer as cinco regiões e esse que, de fato, não aconteceu nada.

D.N. – Não aconteceu. Assim, foi feita a licitação dos palcos. Na realidade, nem eram mais dois. Eram cinco. Foi feita a licitação, depois foi cancelada por falta de orçamento. Agora, a programação que ia recheiar esses palcos, ela foi contratada. Só que ela foi migrada para outros lugares. Em especial dos *live sites*.

L.L. – Entendi. Então ela foi migrada. Depois a gente falando o que teve antes, mas o que foi, de fato, que aconteceu durante a programação da secretaria, que a secretaria foi responsável durante as Olimpíadas?

D.N. – Eu não tenho aqui o número de cabeça, mas vou te mandar esse gráfico. Ficou muito bem feito. Era uma média de 165 atividades por dia, considerando todos os equipamentos. Como a gente faz um fomento, edital, de um ano para o outro, tudo que a gente fez em 2015, pago em 2015, ele aconteceu em 2016. Então a gente tinha esse bloco. Só ali são, do fomento direto, 180, mais do ISS, mais 150. Só isso já são 300. Mas o que Fomento Olímpico fez, grande parte dessa programação se concentrou durante maio e setembro. Então realmente a pauta dos teatros, centros culturais, estava tudo muito lotado. A gente brincava com isso lá atrás, em 2013, que a programação cultural da cidade do Rio de Janeiro quase ela mesma se bastava, porque o Rio de Janeiro já, tradicionalmente, é tão efusivo, tanta coisa acontece, que aquilo ali já era um pouco a programação cultural dos Jogos Olímpicos. Lógico que você podia dar uma levantada. Então o número de atividades... Aí a gente conta as atividades que aconteceram dentro dos nossos equipamentos e aquelas fomentadas pela gente nos variados formatos, seja ISS, Fomento Olímpico, Viva a Arte e por aí vai. A gente tem por dia a quantidade de atividades e quais foram as atividades. Talvez isso seja legal para vocês. Qual foi o equívoco disso aí? Isso não foi vendido como programação olímpica. Isso entrou no *default*. “Ah, isso aí é o que a gente já faz. A gente já faz.” Porque foi justamente na mexida, na troca do Calero para o Júnior. A assessoria de comunicação que chegou depois, eles tiveram essa percepção, conseguiram fazer uma

campanha no Facebook da programação. Até pela ausência do passaporte cultural, que nesse *site* do passaporte cultural tinha toda essa programação. Você podia escolher por linguagem, por bairro, por local. Teve que sair do ar. Desse ponto de vista de marketing ela não foi vendida e não foi, naturalmente, percebida pela cidade por quem estava como uma programação olímpica, mas era. Na realidade, era fruto de investimento de um ano, um ano e meio atrás. Ela foi muito rica, mas não foi percebida.

L.L. – Eu acho que tanto a fala do Marcelo Calero, como a do Marcelo Veloso, tinham essa... Eles falaram várias vezes que tinham uma preocupação porque, a partir da experiência de Londres, eles viram que as pessoas não ocuparam os espaços culturais como teatros, museus, durante a Olimpíada. Aqui era uma grande preocupação para a gente no Rio, de acordo com a fala deles. Eu queria saber se você... Eu sei que você não tem os números aí, mas isso funcionou aqui? A gente conseguiu mesmo?

D.N. – Não. Houve uma baixa grande. O único número que eu tenho de cabeça é do Hélio Oiticica. Uma baixa de 30%. Todo mundo queria ir para o Boulevard Olímpico. Por ser gratuito, a programação ali estava mediana, média para... Não era *a* programação, mas era apazível, e a novidade do espaço. Então eu não tenho os números de cabeça, mas me lembra depois de eu te passar, porque já tem, o [inaudível] já levantou todos os dados. Inclusive, é uma meta nossa. A prefeitura tem um acordo de resultados, de metas que você tem que cumprir. Uma das metas é saber público em equipamentos culturais. A gente teve uma baixa enorme. Na Copa também. A gente teve uma baixa, mais ou menos, de 30%. Para você ter uma ideia, o MAR<sup>25</sup>, que está ali no olho do furacão, trouxeram o Abaporu<sup>26</sup> pela primeira vez no Brasil. Conseguiram conseguir convencer o planeta para conseguir trazer o Abaporu, Ficou 28 dias só. A previsão de público deles foi menor do que o esperado. Ali onde eles estão. As pessoas queriam tomar cerveja e bater perna ali e é isso. Acho que houve uma circulação de pessoas, até porque, um caso específico, jornalistas ficaram aí muito tempo, mas uma superlotação, superutilização dos equipamentos culturais não houve.

L.L. – E a secretaria entrou com outros recursos depois para o Fomento Olímpico dessa programação toda?

---

<sup>25</sup> Trata-se do Museu de Artes do Rio (MAR).

<sup>26</sup> Abaporu é o título de uma pintura a óleo da artista brasileira Tarsila do Amaral.

D.N. – Não. Nenhum. Não entrou com nenhum. O que a gente fez foi ajudar no apoio logístico da cidade. Em especial com a Riotur, mas apoio orçamentário nenhum.

L.L. – Você já falou dessa participação, que foi feita uma coisa muito interna dentro da secretaria, que foi a questão do Fomento Olímpico. Ela não foi dialogada, porque não havia esse tempo, mas mesmo durante esse período, depois de quando aconteceu a programação, vocês não tiveram um diálogo com o público, a participação de artistas, de produtores?

D.N. – Eu acho que o encontro mais significativo foi aquele que houve na Fundação Progresso, puxado pelo próprio Júnior Perim e pelo Perfeito.

C.S – Que é o Fórum Carioca.

D.N. – É, que acabou... Nem lembro. Era esse nome que tinha, não é? Eu, na época, participei bastante, ajudei, mas ele não foi à frente. Acho assim, naquele momento ali, havia uma demanda grande muito voltada para o Ministério da Cultura, porque a prefeitura, como já tinha lançado o Fomento Olímpico, falou assim... Eu nem sei quando foi. Foi junho, julho. Quando foi aquele...

C.S. – Foi fevereiro de 2015 a primeira reunião.

D.N. – A primeira? A gente não tinha lançado o Fomento Olímpico, não. Mas a prefeitura estava muito confortável ali, porque ela dizia: “A prefeitura do Rio tem que dar conta da produção cultural carioca. O MinC tem que dar conta do Brasil.” Lógico que o Rio de Janeiro é uma cidade capital, que a gente tem aqui expressões artísticas do Brasil inteiro. É um espelho do Brasil mesmo. Não tem jeito. Mas quem tem que dar conta dessa diversidade, linguagens, territórios do país é o Ministério da Cultura. Então nesse momento o Juca foi muito cobrado e o Ministério não tinha o que responder. O que eles fizeram internamente foi batalhar por esse orçamento. Quando a gente chegou, já pulando um pouquinho para pensar essa programação para os R\$ 85 milhões do MinC, eu achei que fosse chegar e já ter alguma coisa pensada. Porque uma coisa é você falar assim: “Olha, eu não tenho orçamento, mas vou pensar aqui o que fazer, porque o dia que o orçamento aparecer, está tudo aqui na minha gaveta para a gente fazer.” Não, não tinha nada pensado, porque o Juca tomou essa posição. Falou: “Se eu não tenho orçamento, eu não vou prometer e não vou fazer.” O que era até uma atitude responsável. “Não vou botar edital na rua sem dinheiro, não vou fazer nada disso.”

Então, nesse momento aí, lá atrás, o ministério era muito cobrado e o governo do estado, como já estava em um processo de crise e falência, acho que ele já é meio consolidado para a classe artística. Ninguém bate no governo do estado. Porque já está acostumado que não tem, sabe? Eu falo muito isso. O pessoal fica reclamando do audiovisual na RioFilme. Vão lá no governo do estado reclamar, não é? Porque tem isso também. As pessoas só reclamam de quem está fazendo mesmo, até para melhorar. É normal. Mas esse próprio movimento, ele depois cessou. Aí uma leitura também pessoal: acho que na área da cultura a gente tem pouca tradição democrática de processos participativos, como fórum. Então na área da saúde, no SUS<sup>27</sup>, criação no SUS, no SUAS<sup>28</sup> assistência social, você tem uma tradição democrática de batalha pela sua atividade fim, – com todos os problemas, lógico –, de uma trajetória muito maior. O conselho de cultura da cidade do Rio de Janeiro é de 2013. Lá em Niterói a gente fez [inaudível] 2007. E aí, então, todas essas discussões, todas, na área da cultura, elas dificilmente levam em consideração um desejo geral para o futuro conjuntural. Elas sempre terminam no umbigo daquele artista, daquele grupo e sempre termina em dinheiro. Então a discussão sempre é quanto você vai me dar. Poucas pessoas na área cultural discutem a cena cultural ou políticas públicas de forma mais séria e abrangente. Então acaba que essas discussões acabam morrendo. Nesse caso aí não tinha dinheiro, então o governo do estado falou: “Não tenho.” O Juca falou: “Não tenho. Só vou pensar quando tiver.” E nesse momento, nesse dia, o Calero falou: “Vamos fazer o Fomento Olímpico.” E fez, com todas as qualidades e deficiências que teve.

L.L. – E você vê que as Olimpíadas, de um modo geral, elas trouxeram algum benefício para a secretaria, para a cultura no Rio? Sei lá, público você já falou que não levou para os espaços.

D.N. – Assim, não levou para os equipamentos culturais da cultura. O que não significa... Assim, levou público para o Boulevard, que é um outro viés. Especificamente, no caso dos 60 equipamentos, eles não tiveram maior visibilidade por conta das Olimpíadas. O ganho institucional para a secretaria não acho que... Acho que talvez, de novo, voltasse a experiência desse edital, mas não da experiência administrativa do edital, porque ele seguiu os formatos anteriores da temática, da secretaria poder ter tratado essas duas temáticas, que eram demandas antigas da cidade,

---

<sup>27</sup> Trata-se do Sistema Único de Saúde (SUS).

<sup>28</sup> Trata-se do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

tanto a parte de deficiente, quanto de entidades privadas. Agora, a pergunta é qual o legado para a cidade ou para a secretaria?

L.L. – Não estou falando nem de legado. É se, para a secretaria, a Olimpíada trouxe alguma coisa de movimentação para a secretaria, seja institucionalmente, contatos internacionais, seja dentro da programação. Se você vê que essa Olimpíada trouxe algum benefício para a Secretaria Municipal de Cultura do Rio.

D.N. – Olha, eu cheguei já quase em cima dos Jogos. Uma atividade específica, que eu percebi, dessa que eu acho que tenha mais consistência, houve um intercâmbio que se chama Hobra, com artistas holandeses e brasileiros. Você acompanhou? Eles fizeram no Laurinda Santos Lobo. Essa era uma experiência até interessante. Vieram não sei quantos artistas holandeses, não sei quantos artistas brasileiros, de várias linguagens. Eles passaram não sei quantas semanas dentro do centro cultural, na área de música, artes plásticas, não sei o que, e produziam atividade. Projeto de residência em conjunto. Esse é um negócio, por exemplo, que eu acho que tem conteúdo, que é real. Houve uma experiência dessa só. Eu acho que, no subjetivo, o Brasil, no final das contas, conseguiu se vender muito bem. Acho que a gente ficou bem na fita, do ponto de vista internacional. Acho que a cultura, – não a cultura do país inteiro, porque a gente não teve... A gente poderia ter feito muito mais e não conseguiu, por conta do corte na programação do MinC, mas em especial com as aberturas e finalizações dos Jogos Olímpicos, acho que a gente conseguiu dar uma cara para o Brasil específica. Na conjuntura a gente saiu bem na fita. Naturalmente, poderia ter saído muito melhor se outras coisas tivessem acontecido. Mas não vejo nada negativo, nem consigo te sinalizar se nada foi maravilhoso porque... Mas acho que no [público] em geral, bom.

L.L. – Você falou sobre o Sérgio Sá Leitão, que quando chegara as Olimpíadas, ele falou: “Enquanto o prefeito não pedir nada para mim, eu vou me manter.” Você falou que o Calero entrou e ele assumiu essa programação com o Fomento, com a criação do Fomento Olímpico, e aí queria que você falasse um pouco, porque quando as Olimpíadas acontecem, é a gestão do Júnior Perim. Então que você falasse como foi o Júnior Perim, a gestão desse pouco tempo, em relação às Olimpíadas.

D.N. – Naquele papel principal que a cultura teve nos Jogos, que foi especificamente ali no Boulevard, a gente tinha pouquíssima ingerência. A gente não tinha ingerência nenhuma na prática. Na realidade, toda a ingerência é da Riotur. Um outro lado, que

seria da responsabilidade da Rio 2016 também, não houve. Ele não aconteceu. Então o papel do Júnior foi um papel institucional, de presença, de ajudar as relações com o prefeito, missões. Chega o presidente de Portugal... Uma coisa mais institucional e isso ele fez muito bem. Então ele chegou na porta dos Jogos. Não tinha muito o que fazer. O papel dele foi mais esse institucional, de articulação.

L.L. – Mas qual era a visão dele em relação aos Jogos?

D.N. – Por isso acho que é importante a entrevista com ele. Porque nesse começo se confunde um pouco a visão. Acho que ele vai amadurecendo uma visão de secretário, que se mescla um pouco com a visão dele de produtor cultural, inventor de um modo de produção, que é o Circo Crescer e Viver. Então acho que, nesse momento das Olimpíadas, – e é um momento muito intenso de ida e vinda de horário, de confusão –, ele ali não expunha para a gente, especificamente, qual é o meu olhar sobre as Olimpíadas. Eu acho que ele tem críticas bem grandes no que se refere à programação, até por ele ter sido, lá atrás, fevereiro de 2015, um dos mentores, o cara que puxou essa discussão sobre Olimpíadas. A crítica que eu acho que ele tenha maior talvez seja essa negociação com a cidade, construir esse programa em conjunto com a cidade. Ele teve essa crítica em relação ao programa do MinC e aí na hora eu falei para ele. Talvez hoje ele entenda melhor. Falei: “Júnior, olha só. Dia 4 de janeiro tem o orçamento disponível. Se eu sentar para conversar com o país, isso, de novo, não vai acontecer.” De novo, por falta de planejamento, por falta de milhões de coisas que poderiam ter sido feitas com antecedência, você não consegue estabelecer um processo de comunicação e de construção efetiva com a cidade. Isso é real. Acho que a crítica dele maior seja em relação a isso. Mas eu acho essa pergunta... Acho interessante para colocar para ele também. Acho que eu fico um pouco com a memória da leitura dele como produtor cultural, por conhecê-lo há bastante tempo e ter acompanhado isso. A leitura dele como secretário desse período dos Jogos não. Mas vou perguntar quando chegar hoje. [risos]

C.S. – Danielle, você já comentou um pouco aquela experiência do Fórum Carioca. Queria um pouco detalhar alguns espaços que aconteceram de fóruns, GTs aí, de tentar pensar essa programação cultural das Olimpíadas. Em 2013 você participou do Fórum Cultura Olímpico e Paralímpico, que era aquela iniciativa da *British Council* com o MinC.

D.N. – Isso.

C.S. – E aí tentando fazer esse intercâmbio da experiência em Londres e aqui. Quais eram os objetivos desse encontro? Que resultados teve isso?

D.N. – Na verdade, eu fui de forma muito pontual. Isso não foi construído com a gente. Eu fui como representante em uma mesa e muito pontual. Não acompanhei quais foram os desdobramentos. Dessa atividade específica, talvez o fórum que eu tenha visto de maior sucesso, que não sei se está aí, é o *World Culture Cities Forum*, que é o seguinte: a prefeitura de Londres... Aliás, eles estão fazendo agora o [inaudível] deles em Moscou agora essa semana. Quando Londres estava se preparando para as Olimpíadas, eles começaram a conversar com algumas capitais do mundo. A parte de cultura, Secretaria de Cultura de Londres. E formaram um grupo. Eles começaram a perceber itens em comum de cidades grandes, mesmos problemas, mesmas soluções e começaram a criar um grupo que se reunia todo ano. Mas é um trabalho muito efetivo. Começaram com seis capitais, 10, 12, e a gente participou durante três anos. Grupo de trabalho que nasceu da experiência olímpica, no caso de Londres, e que deu frutos reais, talvez tenha sido... Eu tenho bastante material dele. Você pode entrar no site deles. É *World Culture Cities Forum*. Agora eles estão fazendo em Moscou, já fizeram em Istambul, Amsterdã, mas é um negócio muito real. Sabe aqueles seminários internacionais que você vai que nada acontece? Fica pessoal trocando cartão. Lá não. Todo mundo sentava nas mesas com problemas de cada um, experiências, então foi uma coisa muito interessante, que nasceu da experiência. O tema não era só Olimpíadas. Lógico, existia um desejo de Tóquio enorme já em saber como a gente já estava se preparando e uma curiosidade do mundo inteiro em saber dos nossos preparativos. A gente ia receber esse fórum em 2015. Estava tudo programado, aí o [Marcelo] Calero, na época, não quis receber. E esse ano o Júnior [Perim] iria, mas só não conseguiu ir porque era durante as eleições, aí realmente não dava. Mas esse é um material muito interessante. Vocês podem dar uma pesquisada.

C.S. - No caso do *British Council*, teve outras ações aí? Parcerias.

D.N. – A gente se aproximou bastante do *British Council*. Era um momento também que eles estavam se reestruturando enquanto instituição, passando de uma instituição meramente patrocinadora de atividades, mas trabalhando em atividades mais estruturantes. Então eles têm algumas experiências muito positivas das Olimpíadas de 2012, em especial nessa área com artistas com deficiência, em que a gente começou a se

aproximar muito deles. Então eles fizeram na secretaria um trabalho grande de capacitação com gestores, com servidores na parte de acessibilidade. Com eles eu aprendi que existe acessibilidade sentimental, institucional. A forma como você fala com as pessoas. Acessibilidade a gente acha que é rampa, libra.

L.L. – Atitudinal.

D.N. – Atitudinal. Gostei. Obrigada.

L.L. – Também fiz.

D.N. – Essa linha, que eu volto a falar dela, ela nasce desse relacionamento com o *British Council*, com o programa “*Unlimited*” deles, que é muito interessante. O próprio Circo Crescer e Viver, que o Júnior era o diretor, tem um trabalho bem consolidado dessa relação, dessa experiência da época dos Jogos Olímpicos com Londres. Eles até apresentaram agora um espetáculo semana passada só com artistas com deficiência. Muito interessante. Então a gente teve um estreitamento com o *British*, que é a sede em São Paulo, a parte cultural. Eles têm um setor aqui no Rio de Janeiro também. É muito especificamente nessa parte do “*Unlimited*”. Em outras áreas fazem um trabalho específico com festivais, com pessoal do festival de Edimburgo, a gente também aqui apoia uma série de festivais internacionais. A gente faz um *link* com eles também. Eles foram uma instituição bem importante, porque eles ultrapassaram essa questão das pessoas olharem para ele só com aquele cifrão, querendo patrocínio. Eles trabalham com ações mais estruturantes, o que é bem legal. Na parte de orquestra de música também.

C.S. – Houve também ainda um outro evento, que seria o do BID<sup>29</sup> com a Ernst & Young<sup>30</sup>, que é o curso “Fortalecimento para gestão pública de megaeventos”. Como é que foi isso?

D.N. – Nossa. Esse curso é espetacular, porque... Nem lembro de onde foi a primeira abordagem deles. Eu só entendi o que eram Olimpíadas aí nesse curso. Superinteressante. Quando eu entendi que existia uma indústria de executivos do mundo inteiro trabalhando para os Jogos Olímpicos. Eu entendi nesse curso a dimensão das Olimpíadas em termos de números e de logística. A gente não conseguiu terminar o

---

<sup>29</sup> Trata-se do Bando Interamericano de Desenvolvimento (BID).

<sup>30</sup> Trata-se de uma empresa multinacional de auditoria e consultoria.

curso, porque quando a gente chegou, o Marcelo<sup>31</sup> não queria que a gente viajasse. Eu não consegui terminar, mas consegui ir às aulas mais importantes. Talvez, se eu não tivesse feito, tivesse entendido o que eram as Olimpíadas aqui, eu não tivesse dado tanta força lá na frente para realmente fazer o Fomento Olímpico. Esse entendimento de que é o maior evento do mundo... Não é o maior evento de esportes. É o maior evento do mundo em todos os âmbitos e o quanto ele mobiliza, precisa mobilizar uma estrutura em todos os âmbitos da cidade, desde o esgoto até a cultura, eu tive aqui. Uma experiência muito legal. Eram pessoas de várias áreas, da área de segurança, de área de turismo, da própria área de administração, do Brasil inteiro, de várias prefeituras e estados e o BID tem uma universidade. E a Ernst & Young, ela é a patrocinadora institucional dos Jogos. Então eles ofereceram gratuitamente... É uma oportunidade de se conhecer tanto esse tema específico, Olimpíadas, quanto outras pessoas, outras possibilidades. Foi bem legal.

C.S. – E isso aconteceu em São Paulo?

D.N. – Aconteceu em São Paulo. Na verdade, eles fizeram uma aula na Ernst & Young aqui no Rio, como se fosse um piloto, para programar o curso. Aí eles montaram o curso, que seria em São Paulo. Quem fez no Rio... Eles chamaram na prefeitura do Rio... Só tínhamos eu, uma pessoa do meio ambiente... Eles pegaram pessoas assim. Uma pessoa do meio ambiente, outra de segurança pública, sei lá, e aí depois essas pessoas foram a São Paulo. Só que eles fizeram isso em várias cidades e estados. Então tinha gente da Bahia, do Rio Grande do Sul e por aí vai. Foi bem interessante. Esse curso, no trabalho final, até aconteceu... O melhor trabalho final de duas pessoas foram para a China e por aí vai. É que a gente não conseguiu terminar.

C.S. - Danielle, você já contou para a gente como se deu a sua ida para a APO. Essa transferência aí da Secretaria para a APO. Detalha um pouquinho, então, quando você chega à APO, qual é o seu cargo, quais são as suas atribuições ali.

D.N. – Como eu sou servidora de duas prefeituras, de Búzios e Cabo Frio, sempre nesses cargos que ocupo, existe uma novela institucional, que é a seção do servidor, que não é simples. Porque alguns municípios são mais organizados do que outros. Búzios, por exemplo, é um município superorganizado e Cabo Frio é, do ponto de vista

---

<sup>31</sup> A entrevistada se refere a Marcelo Calero.

administrativo, um município muito desorganizado. Então tem sempre essa novela inicial, que a seção, ela precisa do autorizo do chefe do Executivo. Então para eu estar na prefeitura do Rio tem que o Eduardo Paes pedir para o prefeito de Búzios. “Você me empresta a Danielle, por favor?” Aí o prefeito lá, se for do mesmo partido... Então é sempre uma questão política. Eu não posso reclamar, porque embora eu seja técnica, ao longo desses anos todos eu consegui, mas é sempre uma dificuldade. Nesse caso específico da APO eu tive muita dificuldade com uma prefeitura, que é uma prefeitura que está em falência absoluta por conta dos *royalties*, que é Cabo Frio, sem pagar servidor há não sei quantos meses. Então eu tive muita dificuldade, o que atrasou um pouco minha chegada. Quando eu cheguei, o Zé Mauro também não tinha conseguido ainda ser nomeado, porque quando você é nomeado em determinados cargos no Governo Federal, você passa pela pesquisa da sua vida. Tipo o que ela fez comigo para checar lá o perfil. [risos] Eles pesquisam sua vida toda, se você matou alguém, você fez alguma coisa assim. Então demora um pouco mesmo. Eu cheguei antes do Zé e quando eu cheguei, esse setor... Porque já existia o setor de cultura, que o Marcelo<sup>32</sup> era o superintendente, mas que tinha um pouco essa função do monitoramento, menos uma função executiva, que era o que eu e o Zé tínhamos. Então eu acabei caindo em um outro setor. Tem quatro. Tinham, não é? Nem sei se tem. Quatro diretorias a APO. E eu fiquei na diretoria de integração, que é a diretoria responsável por toda a produção de conhecimento, de informação da APO. Eles são responsáveis, por exemplo, pela matriz de responsabilidade dos Jogos, que é um documento, que de tanto em tanto tempo é analisado, entra e sai e tal. Então é um negócio muito burocrático. Eles têm um sistema de monitoramento espetacular. Então eu tive a oportunidade ali, dois meses, em ter uma visão geral, – como era diretoria de integração, eu lidava com todos os dados da APO –, dos Jogos e de tudo. Então até o Zé chegar, que foi em janeiro, eu fiquei dois meses em um trabalho muito burocrático, mas que foi muito importante para mim, para dar conta desse volume e entender de verdade o que eram os Jogos dentro de todas aquelas áreas. Saúde, educação, energia, segurança e por aí vai.

C.S. – E nesse momento que você chegou, que visão é essa que você tem de como funcionava a APO? De qual era a natureza da atuação dela ali?

---

<sup>32</sup> A entrevistada se refere a Marcelo Velloso.

D.N. – É difícil explicar o que é a APO. Todo mundo que me perguntava eu falava: “Ah, eu trabalho no *FBI*.” [risos] Eu fiquei bem impressionada, porque na área da cultura, como a gente vai retomando um pouco lá em Niterói, a gente tem esse perfil de ir botando o bloco na rua sem sistematizar a informação, me chamou muita atenção a organização dessa informação. Até porque o perfil desses profissionais que estavam ali, pelo menos desse setor, eram todos delegados da Polícia Federal, trabalhavam com inteligência na área de segurança pública, técnicos do Tesouro Nacional, pessoal da Caixa Econômica Federal, que tem um perfil muito na área de tecnologia da informação, muita gente das Forças Armadas. Então imagina eu, cultura, caio lá no meio de paraquedas. Então eu tive que me reeducar até do ponto de vista da fala. Fisicamente é um espaço que trabalha com... Eu nunca tinha trabalhado com... Quando não tem sala. Qual o nome?

C.S. – Naquelas baías.

D.N. – Baías. Aquilo ali foi um processo educativo para o pessoal, que você tem que ter. Então para mim foi tudo muito novo, mas eu caí no novo super empolgada e super afim de absorver daquele diferente ali o que podia ficar para mim. Então essa coisa do sistema, especificamente, eu fiquei super encantada. Você conhece o sistema, não é? É muito... Uma pena que não seja, de verdade, um legado para alguém aquilo, porque o hora/homem que se gastou daquela equipe para se construir, refinar e aprimorar aquilo, aquilo é muito interessante. Então a minha função era ser APO dentro da APO. O que a APO fazia com os Jogos de monitorar, criar relações, botar os entes juntos para conversar sobre determinado tema, eu fazia dentro da APO. Eu tinha que fiscalizar o que todos faziam. Imagina, chegar para o general da reserva, homem de 70 anos, e dizer para ele que ele estava preenchendo o sistema errado, que ele tinha que fazer direito. Então foi divertido, porque o meu perfil eu torno tudo divertido mesmo, mas foi completamente diferente de tudo que eu já havia feito na minha vida. E essa função de fazer o que a APO fazia ali dentro. Isso me deu essa possibilidade de entender como é que funciona. Agora, se você me perguntar o que faz a APO, vou te dar a explicação institucional [risos]... que o Marcelo e a Juliana já devem ter dado para vocês. Eu acho que ela foi criada com um perfil, que depois foi modificado e, de verdade, hoje eu vejo que ela não foi, por questões políticas paralelas também, aproveitada como ela poderia ter sido. Ela foi criada com uma estrutura administrativa que podia ter possibilitado um trabalho mais efetivo dela. Porque ela vive um grande dilema, que ela tem que fiscalizar

e narrar o que os outros fazem e querer que eles atinjam os objetivos – seja a Rio 2016, o governo federal, a prefeitura, o governo do estado –, sem poder fazer. Então é muito louco isso. Tem que dar certo, mas você não pode fazer nada. Por isso a minha função e do Zé, – e aí o presidente da APO e a Juliana Carneiro, eles tiveram um papel fundamental nisso –, nós dois éramos os únicos que tínhamos uma função mais executiva dentro da instituição. Muitas outras áreas, – em especial o pessoal de segurança pública –, muitas pessoas tinham esse desejo. Porque você ficar, imagina, anos acompanhando as obras, você tem vontade de fazer e as pessoas não podiam fazer. Nós dois éramos os únicos que tinham esse perfil, mas por uma decisão deliberada do Marcelo Pedroso... Vocês entrevistaram ele?

C.S. – Sim.

D.N. – Do Marcelo em uma relação deles com o MinC, com o ministro na época. Porque se não, não faz parte do escopo da instituição esse novo papel. Acho que foi uma exceção, tanto pela figura do Marcelo<sup>33</sup>, pelo histórico dele da relação com a cultura, quanto da própria Juliana<sup>34</sup> e também do próprio Marcelo. Acho que essa conjuntura aí possibilitou que a gente tivesse autonomia, inclusive de horários. Porque ali é uma instituição quase militar, não é? Nove e um da manhã todo mundo tem que estar, todo mundo olha para ver onde o outro está, 18h todo mundo desceu. Então eu e o Zé Mauro... Você vai conhecer o Zé Mauro, que é uma figura fisicamente ainda mais cultural. Eu lembro que no primeiro dia ele foi trabalhar de bermuda. Os generais todos olharam para ele de cima a baixo. [risos] Uma figura. A instituição teve que se adequar à gente e a gente a eles também. Mas a gente teve um regime de excepcionalidade mesmo dentro das regras que existiam ali.

C.S. – E aí, então, em dois meses vocês já começam a trabalhar, os dois, como assessores do programa cultural para os Jogos Olímpicos.

D.N. – A gente começa em janeiro. Isso.

L.L. – E quais, de fato, eram as suas atribuições quando você assumiu como assessora do programa cultural dos Jogos Olímpicos? Você falou um pouco que o Zé era curadoria, você era uma parte mais de administração.

---

<sup>33</sup> A entrevistada se refere a Marcelo Pedroso.

<sup>34</sup> A entrevistada se refere à Juliana Carneiro.

D.N. – Na verdade, a gente nunca teve esse papel delimitado, assim, nominalmente. Sabe quando te recebem e falam assim: “Olha, suas funções são essas aqui.” Ela foi sendo construída com o carro andando. As delimitações até de espaços de poder, do que cada um faz, foram... Inclusive isso foi um dos problemas, eu acho, porque se perde tempo nessa construção de qual é minha função, qual é a sua, o que você faz, eu não passo por cima de você, você não passa por cima de mim. Isso demandou um tempo precioso acho da gente. Em especial por conta dessa dicotomia que a gente vivia. Porque a gente era MinC, era APO, então começou uma coisa muito simples. Beleza, assinatura do e-mail. Vou ligar para a pessoa e vou dizer que eu sou quem? Começa de uma coisa muito simples. Então até a definição desse nosso papel a gente que foi um pouco construindo e tendo que se posicionar, em especial com os pares Minc e afiliados. O MinC, Funarte, Ibram, IPHAN, etc. Eles entenderem qual era o nosso papel e aí para isso a gente contou muito com o João, João Brant, que à época era secretário executivo, que era o canal e que ajudava a gente a se fortalecer nesse papel. Porque é muito incômodo, imagina. Imagina chegar para a Lia<sup>35</sup> lá... A Casa de Rui<sup>36</sup> foi uma das primeiras. “Lia, então...” “Quem é você? O que você veio fazer aqui?” Propor projetos, ou levantar possibilidades de trabalho. Era uma situação muito... Poderia ter sido muito constrangedora, talvez, se não fôssemos duas pessoas como eu e o Zé. Lógico que a gente também teve interlocutores, como é o caso da Lia, muito interessados e parceiros mesmo para entender essa urgência e qual era o nosso papel nessa história toda. Mas na prática a gente começou, tipo assim: “Vocês são os responsáveis pelo programa de cultura das Olimpíadas do MinC e vamos embora”. Então o primeiro processo foi esse meu e do Zé, particularmente, muito dele, de conhecimento, de entender a cidade. De forma muito pontual mesmo. A gente ia, andava, olhava, eu explicava para ele como é que as coisas funcionavam. Isso é um trabalho de uma ou duas semanas, para ele ter essa intimidade com a cidade. Na prática, eu acho assim, esse trabalho curatorial e artístico é muito dele. Eu não conheço ninguém que faça isso, realmente, melhor que ele. O cara é espetacular, é fera. Ele tem uma percepção do que cabe, em que momento, e o conhecimento dele das pessoas, da arte do país é uma coisa, realmente, impressionante. E eu ajudava em tudo, não é? Acho que esse meu perfil é assim de servir o cafezinho a falar com o ministro. Tudo. [risos] A gente criou um grupo, onde

---

<sup>35</sup> A entrevistada se refere à Lia Cabrale.

<sup>36</sup> Trata-se da Fundação Casa de Rui Barbosa.

cada um faz tudo, muito forte. Eu ia te contar como é que a gente começou a montar, a gerir essa programação.

L.L. – É porque pelo o que você falou, de fato, vocês chegaram na APO, mas vocês tinham esse papel que era ministério mais APO e Executivo dentro de um espaço que não era Executivo. Então eu queria que você falasse um pouco dessa relação de vocês com esses entes, não só do Ministério, – porque deveria ser uma relação mais fácil, já que vocês eram ministério –, mas secretarias, outros entes relacionados da área de cultura e falasse um pouco do que estava previsto. Não entrasse no que vocês estavam planejando.

D.N. - O que a gente fez? Primeiro para resolver esse problema que eu coloquei da assinatura do e-mail, quem a gente é, para onde a gente vai, nesse mundo em especial com alguns setores do MinC funciona muito. A pessoa, natural, quer saber quem você é, de onde você é. A gente criou uma portaria conjunta, porque já existia um, – tem que ver o nome oficial –, conselho do MinC para os Jogos Olímpicos. Então o que gente fez foi incluir a APO nesse conselho. Então oficialmente eu e o Zé, a gente passou a fazer parte desse conselho. Quem era esse conselho? Acho que é conselho o nome, não é?

L.L. – É uma portaria, que não era conselho, não.

D.N. – Não era conselho, não. É um grupo de trabalho. Esse grupo de trabalho, ele era formado pelas secretarias do MinC e IPHAN, Ibram, Funarte, Palmares, etc. e a APO, nós dois. Então a gente resolveu esse problema administrativo inicialmente. A gente fazia parte desse trabalho. Dentro desse GT existiam algumas áreas tema. Por exemplo, acessibilidade era uma delas, comunicação era outra. E foi criada uma chamada “programação”, que quem ficou responsável... Quem fazia parte desse comitê? Eu, eu e Zé, APO, o Francisco Bosco da Funarte como presidente e mais uma secretaria, que eu não lembro se era diversidade, alguma delas. Então a gente puxou, a gente ficou legitimado, administrativamente, para sermos responsáveis pela curadoria e por essa programação. Como é que a gente fez? A gente sentou para ouvir todo mundo. É um mega trabalho, hercúleo, de sentar com Funarte, todos os diretores da Funarte. Isso foi um trabalhinho assim, pelo menos janeiro e fevereiro inteiro. Então Funarte, todos os diretores. “Olha, nós temos um orçamento para fazer. O que nós vamos fazer?” Aí a gente dava um tempo das pessoas também... Aí a gente falava: “Olha, não é a hora de inventar roda também. Sabe aquele seu projeto antigo, aquela exposição que você

sempre quis fazer? Então, está pronta? Retira ela da gaveta agora e vamos colocar em prática.” Então muitas coisas que aconteceram, pelo menos foram programadas para acontecer, já eram demandas antigas daqueles setores. De todos. Isso com o Ibram, isso com todos os museus, isso com todos os equipamentos culturais, com todas as secretarias do MinC, audiovisual, todas. Aquela estrutura toda que vocês conhecem. Foi um trabalho mais fácil com uns, mais difícil com outros. Alguns com poder de síntese maior do que outros. Alguns com possibilidades executivas maiores do que outros. E assim a gente foi montando essa colcha de retalhos, desejos, do próprio MinC, dos próprios órgãos do ministério. Então a gente foi juntando. Nesse caminho teve um papel fundamental, que foi a da assessoria jurídica do ministério à época. Clarice Calixto o nome dela. Uma pessoa bem interessante para conversar. Cada ministério fica com o pessoal da AGU<sup>37</sup>, eles têm os advogados da AGU, que são os assessores jurídicos, que no histórico do Minc, não necessariamente são pessoas que contribuam ou que levantem da cadeira para ir lá para ajudar a resolver o problema. São sempre aqueles que dizem “não, não, não.” E ela teve um papel fundamental com o olhar como que era viável administrativamente ou juridicamente aquele projeto ali. Então beleza. “Eu quero fazer uma exposição que está aqui no Museu Nacional de Belas Artes, dos gregos.” “Ok. Custa R\$ 2 milhões.” “Então como é que a gente vai fazer?” “Ah, tem que fazer um processo de exigibilidade a isso.” Então ela ajudou a fazer todos os formatos jurídicos de todas as contratações. Eu nunca vi, nos meus 20 anos de administração pública quase, uma assessoria jurídica tão ativa, tão compromissada e tão... Uma menina nova, mas com um gás que aí dá todo o diferencial na gente, que fica dependendo das procuradorias da vida o tempo inteiro, e sabe que essa agilidade na administração pública dá todo o diferencial. Então esse é um dado bem importante. Então o Bosco capitaneou isso mais porque a gente precisava, institucionalmente, que a Funarte estivesse à frente. Até porque a gente estava no Rio de Janeiro, a Funarte tinha uma infraestrutura, a Funarte, pela figura jurídica dela, ela tem uma possibilidade de contratação, por ser administração indireta, mais flexível do que o MinC. Então o Francisco participou bastante desse início. Depois soltou na minha mão e do Zé, até porque ele tinha a Funarte inteira, todos os problemas para resolver. A gente demorou muito, a gente tinha um prazo que era mais ou menos março para essa programação estar pronta, para o Juca poder lançar. Houve uma demora do próprio ministério. Eu não

---

<sup>37</sup> Trata-se da Advocacia Geral da União (AGU).

sei se em assumir, mas já estava um momento político difícil de *impeachment*, de sim ou não, vamos lançar ou não vamos. Então essa coisa acabou ficando um pouco para a frente. Acabamos lançando em abril uma programação que, ao meu ver, daria conta dessa demanda lá atrás, na época lá do Júnior e do Prefeito, de que o Brasil pudesse mostrar sua cara não de forma caricata só, mas de forma tradicional e também muito contemporânea. Então acho que aquela programação dava conta até de coisas mais difíceis, para a gente, do ponto de vista de produção, agilizar, que são questão indígena, grupos de manifestações populares do Brasil inteiro. Isso aí ficou bem equilibrado. E era viável dentro do orçamento dos R\$ 85 milhões. Tanto do ponto de vista administrativo... Estava atrasado. Isso é importante. Quando o Calero diz que estava atrasado, estava atrasado, mas era completamente viável. Se houvesse um fluxo de continuidade, um desejo de continuidade, que não houve, teria acontecido a contento. Na verdade, tudo que acabou acontecendo da programação cultural dos Jogos, tudo, tudo, 100%, um a um, eram sobras dessas atividades programadas e levantadas com esses grupos ao longo de janeiro e fevereiro. Em especial as exposições do Ibram, as coisas mais longas, mais duradouras que aconteceram, foram fruto desse período aí de levantamento.

L.L. – Nessa mesma portaria, que foi em conjunto entre o MinC e a APO, foi nomeada você lá pelo MinC, o Adriano de Angelis e mais duas pessoas. Você, o Zé e tinha acho que outra pessoa de outro ministério. Eu queria saber como é que era...

D.N. – De outro ministério? Acho que tinha o Reinaldo da Funarte, que é o diretor executivo e... Acho que é do mesmo ministério, não?

L.L. – Talvez. E aí eu queria saber como é que era a sua relação junto com...

D.N. – A terceira pessoa era essa, a Clarice Calixto, que era assistente jurídica. Não sei qual é o nome certo.

L.L. – Como era a sua relação entre vocês da APO e o ministério, que quem cuidava disso era o Adriano de Angelis? Como é que vocês... Porque, na verdade, são as mesmas pessoas fazendo as mesmas coisas. Como é que era essa relação? Essa divisão de papéis.

D.N. – Eu acho que a gente perdeu muito tempo nessa divisão. Adriano é uma pessoa que, quando a gente chegou, ele já estava com o tema, mas uma coisa é você trabalhar

na relação institucional do tema Olimpíadas quando você não tem dinheiro. Outra coisa é quando você tem R\$ 85 milhões. A responsabilidade e o tempo de execução, eles se tornam imprescindíveis. Então a tecla que a gente batia era essa. Eu falava: “Eu não admito a gente não gastar os R\$ 85 milhões. A gente tem que gastar. Impossível a gente devolver dinheiro. Demorou tanto para vocês conseguirem esse dinheiro. A gente tem que conseguir.” A gente estava todo dia lutando contra o tempo. E talvez o tempo do Adriano fosse um outro tempo, mas pelo perfil de trabalho de cada um. E o Adriano, como ficava em Brasília, e eu e o Zé no Rio, a gente tenha perdido muito tempo nessas interlocuções, nessa definição de papéis reais de quem faz o que e de retrabalhos. De trabalhos dobrados e às vezes até disputa de poder. “Não, que o fulano falou.” “Gente, eu não quero falar com ninguém. Eu quero resolver. Quero fazer.” Então eu vou falar, Adriano, Zé, qualquer um vai falar para mim, pouco importa. Eu quero acontecer. Então eu acho que, na minha análise, essa relação, – não especificamente com o Adriano, mas com o ministério –, se ela estivesse talvez, mais delimitada... “Você faz isso, você faz isso, faz isso.” É porque a gente foi descobrindo no meio do caminho as habilidades de cada um, o que cada um fazia melhor e como poderia contribuir. Mas essa ausência de delimitação ela atrasou de verdade algumas coisas.

L.L. – Eu queria que você falasse o que aconteceu com esse programa com a mudança de governo, com a entrada do Marcelo Calero e com essa equipe também. O que aconteceu depois que o Calero entrou e assumiu o ministério?

D.N. – Quando o Calero entrou, a primeira reunião dele... A posse dele foi 16h. A primeira reunião dele, 18h, foi com a gente, para falar de programa olímpico. E naquele dia, estávamos eu e o Zé lá no ministério, ele falou: “Olha, Danielle, eu sei que você, o Júnior...” O Júnior tinha assumido a secretaria e pediu para eu voltar. Aí o Calero fala: “Eu já disse para o Júnior que eu preciso de você aqui pelo menos dois meses. Você tem que fazer isso, você e o Zé.” A gente tinha aqueles mapões de programação, aqueles Excel gigantescos assim. A gente, em uma reunião longa, nós passamos a programação uma a uma com ele, item a item, quanto que era, quem fazia, de onde nasceu. Você tem esses mapas?

L.L. – Não.

D.N. – Não? Acho importante ter.

C.S. – Isso é bacana. Documento importante.

D.N. – Eu tenho. São muitas versões. Eu posso pegar a primeira e a última para te dar um panorama. Porque ela é muito detalhada. De onde vem, de onde vai sair o dinheiro, quem faz, qual o formato jurídico de contratação. Então a gente bateu com ele, porque o Marcelo, ele é muito... Também tem esse perfil executor. Ele quer acompanhar todas as ações de muito perto. Eu, sabedora disso, falei: “Vamos levar a planilha e vamos bater com ele um a um.” E assim fizemos. Ele colocou algumas ponderações, “acho que isso sim, acho que isso não”, mas falou: “Vamos seguir do jeito que está.” Então comprou o negócio 100%. Beleza, a gente voltou para o Rio e continuamos a tocar. “Vamos embora, vamos embora.” E aí eu combinei com o Júnior. Falei: “Júnior, olha, então não vou sair antes dos Jogos. Depois dos Jogos eu vou embora. Vou aí te ajudar. Mas te ajudo fora daqui com o que precisar. Estou disponível.” Aquelas coisas de amigo. Só que esse tempo era um tempo muito precioso. Isso aí foi... Quando que ele tomou posse? Maio? Treze de maio, não é? A gente tinha lançado o programa em meio de abril, mais ou menos. Eu ficava brincando, cada dia a mais era um dia a menos. Cada dia útil... Eu fazia conta em dias uteis. Eu falei: “Gente, a gente tem tenho vinte e tantos dias úteis.” A conta era assim. E aí a gente começou a perceber uma mudança de foco na questão da governança desta programação. Aí de forma muito peculiar e muito sutil a gente foi começando a perceber que foi dando uma ralentada. Aí entrou um novo secretário executivo, que era uma pessoa que trabalhava já com a gente, que era da parte de livre leitura.

C.S. – Quem é?

D.N. – É o primeiro secretário executivo do Calero. Ele era diretor da parte de livre leitura. Então ele já conhecia bastante o programa. Marcelo deixou ele a par disso. Durou duas semanas. Brigaram lá e ele foi embora. Então a gente começou a perceber que aquela autonomia que a gente tinha para programar e para executar a gente foi perdendo, mas também ninguém chegou e disse: “Então, olha só, a partir de hoje isso aqui não vai mais acontecer.” Foi começando a existir uma sabotagem, o não acontecer. E a gente aqui em desespero absoluto, o que deixava a APO muito fragilizada, porque a APO passou a ser corresponsável dessa programação. A partir do momento que ela permite que se tenha uma parte executiva nisso, ela passou a ser corresponsável. E aí as coisas começaram... Foi criado um grupo de Olimpíadas em Brasília, – e a gente insistiu

muito que esse grupo deveria ser já no Rio de Janeiro, porque já estava à beira dos Jogos. Falei: “Gente, não faz mais sentido vocês terem uma equipe de produção em Brasília. Tem que ter aqui na Funarte, ou em algum lugar”. E a gente, então, foi percebendo essa mudança de foco, mas muito sutil, muito subliminar. Coisas de mulher, não é? [risos] A gente fazia muita videoconferência. Teve uma videoconferência que eu saí assim, aí me deu aquela tristeza. Aí o Zé Mauro e o Marcelo, os dois muito sensíveis: “O que foi, Danielle?” Sabe quando cai a ficha? Eu falei: “Esse negócio não vai acontecer. Já entendi qual é.” Como eu já conhecia o Marcelo, já conhecia a equipe toda, eu sabia exatamente o que significava aquele boicote e a impossibilidade que as pessoas têm de chegar e dizer a verdade. “Olha, não, não quero que aconteça, por causa disso e tal.” E aí eu comecei a falar: “Zé...” Só que como a gente já estava muito envolvido com o tema e muitas coisas colocadas no CPF significam assim: “Um grupo lá do Pará que veio fazer não sei o que.” A gente pedia às pessoas no nosso CPF, em especial o Zé, pela trajetória que ele tem. Então muitas das relações criadas eram pelo conhecimento que ele tinha com a classe artística nacional. Então a gente acreditava muito, queria muito que acontecesse. Ele tinha um envolvimento emocional grande com isso aí, o que te dificulta a entender, a localizar a realidade. E aí a gente começou como APO, institucionalmente, a registrar isso. “Olha, Marcelo Pedroso pediu uma audiência com o Calero. Pedroso foi a Brasília, o Calero não atendeu.” Quando ele não atendeu, eu falei: “Ah, já entendi.” E aí, a partir daí, foi criando uma bola de neve de não, de não respostas e de isolamento da gente, mas também sem bater o martelo para dizer: “Isso aqui não vai acontecer.” E aí uma sobreposição de funções e de tomadas de decisão em Brasília, que refletiam diretamente na programação. Então houve esse isolamento. No meu caso, especificamente, eu fui salva pela legislação eleitoral, porque um dia a Ana Paula, que é diretora administrativa aqui da cultura, me ligou e falou: “Danielle, estou lendo aqui que servidor, por conta das eleições, só pode trocar de lugar até dia primeiro de julho.” Faltava uma semana. “Se for depois de primeiro de julho você não pode mais vir.” Aí eu falei: “Putz, e agora? Cara, vou ter que ir. Não posso. Vou ter que ir. Vou ter que ir.” Aí já estava naquele momento, há umas duas semanas eu já tinha entendido que não ia acontecer. Mas também não queria sair como se fosse: “Olha, estou abandonando o barco, porque eu estou vendo que não vai dar certo.” E aí a gente, dentro da APO, até por conta do sistema, começou a registrar tudo. O meu caderno, – mania de historiador, de papelzinho, anotar tudo –, tinha lá 150 reuniões feitas, que viram no sistema uma informação. Então a gente começou a criar a narrativa

dessa história, que é mais ou menos isso aqui que a gente está fazendo de criar a narrativa dessa história que aconteceu. Porque quem chega, chega com o discurso que mais lhe convém para justificar por que está acontecendo ou por que não está. Então aí eu conversei com o Júnior, conversei com o presidente, com o Marcelo Pedroso e pedi ao Marcelo para me ligar e ele me ligou. Calero. Falei: “Calero, olha, vou ter que ir, diferente do que eu combinei com você.” Ele: “Não, não tem problema nenhum, não sei o que.” E continuamos a conversar sobre os Jogos como se nada tivesse acontecido. Como se a programação estivesse acontecendo ali. Na verdade, já estava 100% sabotada. Eu saí, quando eu saí já estava em situação muito ruim. Já tinha trocado o grupo todo em Brasília e aí foi o que aconteceu um pouco depois da minha saída, que aí não entendo... Na verdade, a gente até entende por que houve uma decisão que se retirasse essa equipe de cultura da APO, quando na verdade o Marcelo Veloso não tinha nada a ver com essa história, porque ele tinha outras funções, que não tinham nada a ver. Lógico que para o dia a dia ajudava, porque ele é parceiro, porque ele é bom nisso, mas o trabalho dele passava até por outras questões de acomodações, de sei lá, outros temas que ele acompanhava. Então houve um pedido nominal para que fôssemos nós três retirados. Eu já tinha ido. E aí houve uma coisa um pouco pior, que é: eu, quando já estava nomeada na Secretaria de Cultura, o Marcelo pediu ao prefeito para que eu saísse da Secretaria de Cultura. Falei: “Gente, na boa.” [risos] Um país com 200 milhões pessoas não tem nada mais importante para uma pessoa fazer. E aí o prefeito pediu ao Júnior. Não pediu para eu sair. Falou assim: “O que está acontecendo? O que Danielle tem com Marcelo?” Aí o Júnior, que é uma dama, uma *lady*, chegou a falar: “Não admito que ninguém se meta na minha equipe.” Aí o prefeito falou: “Ah, toca para a frente.” Então houve... Realmente, a não execução da programação levou também a cabo esta perseguição para que esse grupo que a elaborou não estivesse presente em lugar nenhum, o que eu, particularmente, acho uma besteira, mas entendo.

C.S. – Mas você imagina que no sentido de culpabilizar esse grupo também pela não realização?

D.N. – Acho assim: o discurso... Quem mexe com cultura, quem lida com isso tem que estar de cara aberta para essa possibilidade, porque somos questionadores mesmo. Faz parte da gênese da história, mas não é todo mundo que está disponível para isso. naquele momento político essa programação foi usada como se ela tivesse sido construída para ser palco de um “fora Temer”, o que não fazia sentido nenhum, porque

ela foi construída em fevereiro, quando essa hipótese não existia, mas como ela ia acontecer em um lugar da cidade, que era a Fundação Progresso, que é um lugar de questionamento, eles têm grupos ali residentes que realmente são muito questionadores, onde foi o primeiro fórum. Era emblemático, eles tinham muita atividade de rua, muita coisa. É possível que, naquele momento, sim, esses espaços se transformassem em “fora Temer” da vida. Mas ele não foi criado para isso. Então politicamente, naquela conjuntura da criação da narrativa que lhe convém, foi vendido isso ao governo, ao presidente, ao presidente então interino. “Olha, se a gente fizer isso aqui, a gente vai estar dando palco para essa galera.” E houve aquela questão do Ministério da Cultura, do fim do Ministério da Cultura, da pressão da classe artística. Então acho que o desmantelamento dessa programação, dentro do governo, se deveu a esse argumento, esse discurso de que: “Não, vamos fazer uma coisa interna, deixa as exposições, mas o resto todo morre.” E aí morre, morre geral. Morre institucionalmente dentro da APO e morrem as pessoas. Na minha cabeça, para a administração pública não faz sentido, mas se for de verdade, é o que aconteceu.

C.S. – Então, Danielle, daqueles R\$ 85 milhões que estavam previstos, o que foi realizado?

D.N. – Não sei. Então, boa pergunta. [riso] Tem uns detalhes interessantes, porque esses R\$ 85 milhões, eles só podem ser utilizados para Olimpíadas. Só podem. Tem um detalhe, que talvez aí o ministério consiga usar o valor. O ministério tem um Departamento de Relações Internacionais, chamado DRI. Agora mudou de nome. Que são atividades de venda do exterior, da cultura do Brasil no exterior. E eles ficaram, na época, com R\$ 2 milhões e fizeram uma série de atividades. Aliás, iriam fazer uma série de atividades no dia 2 de dezembro, que é dia do samba. Iam fazer em várias capitais. Mas como era em dezembro, eles iam fazer no dia do choro, em abril, 30 de abril, sei lá quando de abril, e em dezembro. Por conta disso, a gente passou, sei lá, umas duas semanas com o Ministério do Planejamento tentando estender o período do que era considerado olímpico até dezembro. Então, oficialmente, para o governo federal, atividade olímpica na área da cultura vai até 31 de dezembro. Então ele pode usar esse dinheiro até 31 de dezembro para atividades relacionadas às Olimpíadas. Então dos R\$ 85 milhões o que efetivamente aconteceu, a parte que ficou mais fortalecida foi a parte do Ibram, das atividades dentro dos museus, que tem um ganho enorme, porque a gente conseguiu fazer uma parte grande de acessibilidade. Se você chegar no museu e falar

que tem um dinheiro para programação cultural o diretor corta a sua cabeça. “Porque não tem elevador, porque não tem não sei o quê.” Então a gente fez um meio a meio. Falou: “Olha, tem lá R\$ 6 milhões para o Ibram. Vamos fazer um meio a meio? Aquela exposição que você não conseguiu...” Porque todos já tinham programação para as Olimpíadas. Não era, às vezes, aquela programação que eles queriam, mas já tinham. Então no caso do Belas Artes, eles já tinham uma programação, mas queriam trazer a tal exposição da Grécia. Aí a gente conseguiu aportar para eles trazerem a exposição. Mas a gente conseguiu fazer um meio a meio com obras de acessibilidade, o que foi muito legal. Essas exposições eu vi que quase todas ficaram e essa parte de acessibilidade, segurança, contratação de monitor e etc. A parte com a Universidade Federal Fluminense, que eu acho que eu foi um mega sucesso, mas uma perda enorme, porque ela era para acontecer no Rio de Janeiro também.

L.L. – Eles pediram uma parte do recurso. Pediram para devolver.

D.N. – Pediram para, ensandecidamente, devolver todos os... Imagina, você faz um TED para a universidade, aí você fala para o reitor agora... O primeiro dia que ele me falou assim: “Olha, então devolve o dinheiro da universidade.” Falei: “Calero, você liga para o reitor e pede de volta. Eu não vou pedir. Isso, institucionalmente, não existe. O dinheiro agora está com o reitor. Ele fez um plano de trabalho para aquilo.” Ninguém fala assim: “Me dá o dinheiro de volta.” Ele tem anuência do reitor. Então vai lá convencer o reitor que não.

L.L. – Ele devolveu.

D.N. – Devolveu uma parte. O de Palmares devolveu todo, não é?

L.L. – Devolveu.

D.N. – O do outro não. Essa parte da Federal Fluminense, do Festival Nacional de Cultura Popular, ficou muito legal, a programação ficou muito boa, só que ela era para acontecer... Tudo que aconteceu lá era para acontecer no Rio de Janeiro e nos intervalos dos jogos, que eram chamados *Sport Presentations*, que foi uma das grandes brigas e novelas também dessa programação, porque era um dinheiro que a gente iria repassar à Rio 2016<sup>38</sup>, que não havia formato para haver esse repasse, porque a Rio 2016 não recebeu nenhum real de dinheiro público os Jogos inteiros, por uma simples questão de

---

<sup>38</sup> Trata-se do Comitê Rio 2016.

que se recebesse um real, o Tribunal de Contas ia acampar lá na porta deles. Então eles nunca quiseram. Imagina se iriam receber por um valor pequeno para a cultura. Então esse programa não aconteceu, que era responsabilidade da Carla Camurati. Ele aconteceu zero, o que foi uma perda enorme também, porque era o momento do Brasil se mostrar por conta da transmissão internacional. O que aconteceu que eu acompanhei... Quando eu voltei para a Secretaria de Cultura, como eu estava muito linkada ao tema Olimpíadas, eu pedi ao Júnior. Falei: “Júnior, deixa fora desse tema tudo que for Olimpíadas. Até porque está tudo tão confuso. Para eu não deixar ninguém em situação constrangedora, nem eu ficar, nem você.” Então eu realmente fiquei um pouco afastada do tema. Fui a vários jogos e tal, mas na área cultural acabei não acompanhando. Mas vi a programação, vi que essa parte dos museus, ela aconteceu e essa parte do festival de cultura lá de Niterói.

C.S. – Deixa eu fazer uma pergunta aqui antes. Nesse processo aí desse boicote a essa programação, por parte do próprio Ministério, como é que ficaram os artistas nessa história? A certa altura isso, inclusive, chegou aos jornais com reclamações dos artistas, que já tinham preparado. Artistas, inclusive, internacionais. Uma série de coisas que já estavam previstas.

D.N. – Ah, um caos. Um caos e a minha análise é quem perdeu... O mundo, porque não viu o que poderia ter visto, perdeu o Brasil, perdeu a cidade, mas perdeu, diretamente no bolso, essa classe artística. O que o Marcelo<sup>39</sup> diz? “Ah, quando eu cheguei não tinha nada contratado.” Contratado é você assinar o contrato. Todos os processos estavam abertos. Pilhas e pilhas de processos abertos, porque ele tem um tempo. Você faz o projeto básico, vai para a procuradoria, volta, nota de empenho, nota de não sei o quê. Realmente não estavam todos os processos abertos, mas um acúmulo de trabalho de relacionamento com os artistas muito grande. Teve gente que teve prejuízo real. Tinha um festival de luzes, que era um negócio muito caro. O programa foi criado para dar visibilidade ao Ministério da Cultura. O ministro que estivesse ia poder surfar nessa onda e, quando a gente chegou, eu falei isso para ele. Falei: “Marcelo, isso aqui foi para dar visibilidade à marca do ministério, porque a gente já sabe que a prefeitura... Mesmo a gente dando visibilidade, todo mundo vai achar que quem fez foi a prefeitura.” A gente já sabia disso. Então a gente queria marcar, delimitar com atividades grandes e

---

<sup>39</sup> A entrevistada se refere a Marcelo Calero.

que a gente sabia que a prefeitura não iria fazer essas mais emblemáticas, como o festival de luzes, e em locais da cidade que não teriam nada. Ele entendeu isso. Se ele tivesse absorvido isso para o ministério... Nossa! Ele ia surfar na onda, porque ele não foi feito para o Juca. Ele foi feito para o ministério. Quem estivesse no ministério ia poder surfar nessa onda. Foi uma opção. Não quis que fosse assim. Mas é porque há um perfil de gestão do Marcelo interessante, que é uma relação de muita fidelidade ao seu superior. Então, para o governo, eu acho, ele pode ter tido um discurso também de falar: “Temer, estou economizando para você R\$ 85 milhões.” Só que a função de um ministro, de um secretário, é lutar por aquela pasta. Lógico que você tem que agradar o chefe dele, mas isso para a cidade, para o país, para a classe artística, não era bom. Quanto mais orçamento tivesse, melhor. Então esse perfil, essa situação, esse perfil do Marcelo, acho que colaborou também para que, internamente, na discussão interna das Olimpíadas... Podia falar: “Olha, não vamos fazer. Vamos fazer isso aqui, porque a prefeitura já vai fazer um monte de coisa. Vamos fazer isso aqui porque isso aqui é economia para a gente terminar o ano.” Qualquer justificativa administrativa dessas.

L.L. – E na APO acabou-se a área de cultura com a saída de vocês?

D.N. – Acabou. Do dia para a noite.

L.L. – Ela não se responsabilizou por mais nada? Não acompanhou?

D.N. – Não. Não, foi do dia para a noite. “Cortem as cabeças.” Sabe? [risos]

L.L. – Voltando aqui, só para finalizar a questão da APO, queria que você falasse sobre a sua participação naquele GT Cultura, Turismo e Imagem no Brasil. Como é que funcionava isso?

D.N. – O ministério levava á frente também, – e aí o Adriano<sup>40</sup> teve um papel fundamental –, aquela construção da Casa Brasil, que era uma junção de 22 ministérios, que era um espaço institucional do governo para mostrar os programas do governo, mas também de forma não caricata, chapa branca. Era a Apex<sup>41</sup> que fazia tudo. Mas o Adriano, ele era diretor desse grupo e nós, como APO, também fazíamos parte. Mas eram muitas reuniões. A gente participava muito sob videoconferência, mas eu, o

---

<sup>40</sup> A entrevistada se refere a Adriano de Angelis.

<sup>41</sup> Trata-se da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil).

Marcelo<sup>42</sup> e o Zé, a gente não tinha um papel tão efetivo no grupo, até porque você imagina, 22 ministérios sentando duas vezes por semana juntos, o caos que não era para todos construírem juntos uma casa. Então era bem caótico, mas funcionou. Tudo que aconteceu naquela casa ali foi montado aí nesse grupo. Então a gente fazia parte institucionalmente, mas efetivamente a gente estava bem mais voltado para a parte específica da cultura. Porque ele tinha varias frentes, esse GT. Ele se ramificava em vários outros braços. Era eu e o Adriano. Conseguiram entrevistar ele?

L.L. – Ainda não. Estamos tentando.

D.N. – O Adriano que ficou à frente disso aí.

L.L. – E o GT de Cultura Rio?

D.N. – O GT de Cultura Rio.

L.L. – Esse GT foi através do seu próprio currículo que a gente... Porque eu não tinha ouvido falar desse GT.

D.N. – GT de Cultura Rio. Cadê o currículo? [risos] Não, gente. São tantos que eu nem lembro. GT de Cultura Rio.

L.L. – É. Imagino que seja das secretarias daqui. Foi isso que eu imaginei, mas eu não achei nada dele também, não, para colocar lá.

D.N. – GT de Cultura Rio. Está aí o currículo? Porque se eu vir, eu consigo... Tem a data? Era nesse período olímpico?

L.L. – É. Quando você estava na APO. Você cita alguns GTs que você fazia parte no seu currículo, e aí entra esse GT de Cultura Rio.

D.N. – Vou ter que ver, porque formalmente um grupo de trabalho do governo do estado... Talvez, não sei se Marcelo nominou esse grupo governo do estado, prefeitura, governo federal, como GT de Cultura Rio. Pode ser. Depois você vê. Eu vou dar uma pesquisada também.

L.L. – E como foi esse seu retorno? A volta para a secretaria.

D.N. - A volta dos que não foram. [risos]

---

<sup>42</sup> A entrevistada se refere a Marcelo Velloso.

L.L. – Porque você passou três secretários. E como foi esse retorno para a secretaria nessa gestão do Júnior Perim?

D.N. – Olha, tem, como tudo na vida, todos os lados positivos e negativos. Acho que teve, sim, essa ressaca, de principalmente quem gosta de fazer, de não conseguir realizar. Quer dizer, em parte foi realizado. Mas eu também saí muito com a sensação do dever cumprido, sabe? De que o que a gente estava ali para fazer, de criar a programação, de levantar, de botar ela de pé, a gente conseguiu fazer. Se não quiseram, paciência. Então não saí com essa frustração. Talvez o Zé um pouco mais, de não conseguir ver aquilo ali pronto. O meu sentimento é que a gente conseguiu dar conta daquilo ali. E o Marcelo Pedroso foi muito importante nessa formação dessa minha opinião, porque ele como presidente falou: “Danielle, olha, para mim tudo que vocês vieram aqui e se propuseram a fazer, vocês fizeram. Paciência se as coisas mudam e não são absorvidas dessa forma, mas vocês estão quites com o que a gente pensou e com o que a gente vislumbrou.” Foi tudo muito rápido. Então meio no redemoinho de Jogos, etc., eu chegar em uma secretaria não foi simples. O Júnior, para mim, é uma gratíssima surpresa. Mesmo. Porque depois que eu fui parar para pensar, ele tem mais tempo de administração pública do que de circo. Ele, antes de ser dono de circo, trabalhou 12 anos na administração pública na prefeitura, governo do estado. Então é um cara que entrou conhecedor da máquina. Diferente do Marcelo. Acho o Marcelo muito sagaz, muito inteligente. Aprendeu muito rápido, se dedicou àquilo ali. O Júnior, ele já chegou com isso pronto. Então ele chegou com isso pronto e com o entendimento da cidade. Ele conhece muito a cidade. Sabe como a cidade funciona. Então, para mim, foi uma grata surpresa. Eu faço uma comparação dos três com quem eu estive. O Sérgio é o cara mega da inteligência, o pensador, o articulador. Tudo que a gente tem ali hoje, do ponto de vista conceitual, ele pensava, soltava as pílulas e a gente executava. Ele dava essa liberdade para a gente também. “Vai.” Mas tem esse perfil. Não era um cara conciliador, que sentava, odiado por muita gente, porque não é um cara que transita, vive com as pessoas, mas tem esse perfil. Acho que para a cultura da cidade foi emblemático. O Marcelo muito mais presente do que o Sérgio fisicamente nos lugares, na cena, na própria secretaria, mas um perfil muito centralizador, o que engessa demais a máquina. Porque a nossa função é administrar descentralizações. Se eu tenho lá sete gerentes, tem um gerente que tem 14 centros culturais. Mas e se eu quiser tomar conta do papel higiênico do banheiro do... Não anda, não é? O Marcelo tem esse perfil muito

executivo, mas que dá uma engessada, porque ele quer tomar conta de tudo. E não era um cara da área, então em termos de elaboração e pensamento, não é nada que tenha... Ele potencializou, na verdade, o que já existia. O Júnior faz um negócio completamente diferente, que tem sido bem interessante. Um desafio para a equipe, que estavam todos dormindo, indo lá bater o ponto para ir embora. Ele é muito desafiador para que você produza conhecimento. Então assim, primeiro que estar com ele é sempre assistir sete palestras por dia. Fala, fala, fala, mas ele é um cara de muita elaboração, de muito conteúdo, mas ele chega para você, que é coordenador: “Ah, então olha só, então você produz um texto para mim.” O cara gela, porque há não sei quantos anos ninguém pediu para ele fazer um texto, escrever uma linha, nada. Então ele potencializa isso também nas pessoas, de reflexão do papel daquelas pessoas ali, que é muito interessante. Acho que são esses três perfis. Então ele foi uma surpresa grata para mim. Agora, nada na vida se repete e se repete igual. Nesse meu retorno eu percebi a secretaria muito diferente. Muito diferente mesmo. Você sabe, a gente trabalha lá com todas as dificuldades, as pessoas ganham mal, o lugar é horroroso, então a gente trabalha na base do afeto. Só isso que salva. Se você não tiver uma identidade comigo, se você não acreditar no que eu estou fazendo, no que eu estou te propondo a fazer, morreu. Eu percebi, quando eu voltei, essa ausência desse laço de afetividade. As pessoas faziam porque compraram a ideia e porque as pessoas se gostam. Não é se amar, não. Se respeitam, têm admiração um pelo outro, porque se não for assim, não acontece. Então eu percebi um negócio completamente murcho, morto, meio natimorto e aí você gasta 70% do seu tempo sendo animador cultural. Só que faltam três meses. Já não dá muito para fazer isso. E senti muita falta das pessoas que trabalhavam comigo. Especificamente a Luciana, que era um braço direito que eu tinha, que foi mandada embora junto comigo. É realmente uma pessoa que fazia muita diferença na vida da secretaria. Nem deu tempo de eu ter a expectativa de voltar para o mesmo lugar, mas voltei para um lugar que é o mesmo, são as mesmas pessoas, mas muito diferentes. Muito diferentes. Acho que se o Júnior tivesse ficado mais esses quatro anos, faria uma coisa diferentes para a cidade. Mas se a gente continuasse, eu já teria a proposta de mudar a casa toda. Não é nem mudar as pessoas, não. Dar uma mexida. Porque do jeito que está, as pessoas estão irreconhecíveis. Você chegar lá, 11h as pessoas chegam. Quase morro, que eu chego cedo. Seis horas da tarde, 6h01min já todo mundo embora. Está ali para ganhar o seu salário, que é muito ruim.

C.S. – Danielle, vamos chegar aqui em uma reta final mais de balanço geral dessa experiência da realização dos Jogos Olímpicos aqui na cidade. Primeiro te perguntar sua opinião sobre qual a importância da realização dos Jogos na cidade do Rio de Janeiro.

D.N. – Complexa. Tipo um livro para responder. [risos] Eu acho que foi uma oportunidade única. Como dizia o antigo presidente: “Nunca mais na história desse país...” [risos] Para o Rio de Janeiro, especificamente, nunca mais a gente vai ter uma conjunção de tantos investimentos simultâneos em todas as áreas no mesmo momento. Acho que essa tentativa do Eduardo, lá atrás, de fazer um pouco aquela lógica que a cidade se aproveite dos Jogos e não os Jogos da cidade, em alguma medida, ela conseguiu ser atendida, com todos os problemas que... Eu olho um pouco de longe, porque eu não moro aqui, moro em Niterói. [risos] Bem à vontade para falar. Mas a cidade, realmente, ela é outra. Ela entrou agora em um caminho que vai ser muito duro se a gente voltar. Principalmente no que se refere a mudanças de mobilidade da cidade. Então eu acho, com todas as dificuldades, em especial políticas e o que se continua de mazela social no país, ainda acho que os Jogos foram muito positivos, sim. Em especial para a imagem. Não procurei saber... Tem um monte de especialista aí que vai fazer isso, mas o impacto dessa nossa imagem para o mundo, eu acho que deve ter sido bem positiva.

C.S. – Agora, Danielle, uma das palavras fortes aí. Desde o momento da candidatura e durante toda a preparação dos Jogos foi a palavra legado. Em torno dessa palavra houve muita promessa, houve muita crítica também sobre isso. Até às vésperas dos Jogos a gente ainda tinha um clima de muita dúvida e crítica. Talvez isso tenha até mudado com a realização dos Jogos, mas efetivamente o que você acha que ficou de legado mesmo disso?

D.N. – Naquele curso que você falou de megaeventos tem um tipo de legado que, para a gente da administração pública, talvez tivesse sido o legado mais importante, que é o legado institucional. A forma como você lida na administração pública com os megaeventos. Aí acho que nem vale citar a questão dos legados físicos. Esses são os mais falados por aí, mas eu acho que esse legado... E aí a APO teve um papel importante. De que áreas, temas específicos, possam ser tratados em conjunto por um país desse de dimensões continentais... Os consórcios nascem dessas possibilidades. Consórcio na área de saúde, na área de água, esgoto e tal, mas isso foi muito real. Eu

consegui ver isso, em algumas áreas mais ou menos, mas como eu falei, na área de segurança pública, saúde, energia, meteorologia. A verdade é que se a gente quiser trabalhar direito, a gente consegue. Eu acho que a gente conseguiu mostrar um pouco disso. Quando se há o desejo real de que aquilo aconteça, o Brasil – e aí eu estou falando especificamente dos governos – consegue realizar. Tanto a própria APO, que é essa experiência de consórcio tripartite, de três entes, que nunca houve, é uma experiência com as suas dificuldades, mas eu acho uma experiência que pode ser aproveitada em várias outras áreas. Nessa parte também de própria mobilidade, trânsito, isso foi muito interessante. Acho que, talvez, o legado institucional maior, falando especificamente de um dos legados, que é esse, eu acho que é essa possibilidade real que a gente viu acontecer de grupos trabalharem em conjunto para um mesmo tema, o que dá uma agilidade impressionante.

C.S. – No âmbito específico da cultura, qual você acha que foi o legado para a cidade?

D.N. - Ah, para a cidade tem vários. Eu vou falar de dois muito... Mas aí puxando a sardinha para o meu lado, que são o Museu do Amanhã e o MAR. [risos] Ali, a própria reestruturação do porto. Eu fui a Barcelona antes e depois das Olimpíadas. Lógico que antes eu era bem novinha [risos]. Mas tenho bastante a memória de como era o porto antes e como ficou a cidade muito tempo depois e eu acho que esse antes e depois dessa região portuária, para a gente, ela é muito cara e é muito emblemática. No caso da cultura, especificamente, esses dois prédios, e eu acho que essa reocupação do espaço público, sabe? Essas novas possibilidades. Aquela região ali é uma região que tem muitos artistas de rua. Os grupos mais importantes de artistas de rua, que vão desde estar na rua, Companhia de Mistérios, etc., funcionam historicamente ali, em lugares que eram degradados. Então hoje eles mesmos conseguem ocupar aquele espaço de forma... Conseguem se apropriar daquele espaço de forma também que o próprio trabalho deles possa ser visto pela cidade, pelo mundo, pelos turistas e por aí vai. Logicamente, esses dois espaços têm mil críticas, mas do ponto de vista físico, na área da cultura, eles dois são muito importantes. Lógico que a gente podia ter aproveitado –, e isso era uma coisa que o Sérgio falava muito. Falava assim: “Legado olímpico, para mim, é quando botar esses equipamentos culturais todos tinindo.” Ele falava: “Isso para mim é legado olímpico.” Era muito pontual. É consertar o telhado do Hélio Oiticica, consertar não sei o que da Biblioteca de Santa Teresa e por aí vai. Isso a gente conseguiu fazer pouco. Até a gestão do Marcelo conseguiu. Ele fez um investimento

maior na recuperação de alguns equipamentos culturais, mas naturalmente poderia ter saído desse jogo com tudo reformado, lindo e brilhando. Não foi assim. Mas acho que uma cidade que opta por construir dois equipamentos culturais daquele porte ali, eu acho que isso é uma sinalização positiva sim.

L.L. – Mas o Amanhã e o MAR eles foram construídos pensando nas Olimpíadas? Porque eles não estão dentro do...

D.N. – Não estão, assim como várias outras coisas não estão dentro da matriz de responsabilidade, dentro das promessas. Metrô...

L.L. – Inclusive, a gente teve uma palestra lá do Fajardo<sup>43</sup> e ele não vê como isso.

D.N. – Visões diferenciadas.

L.L. – Mas aí eu só queria que você falasse, rememorasse essa construção desses dois espaços para a gente entender.

D.N. – Eu acho que eles fazem parte de um conjunto. Realmente, aquilo ali não fazia parte nem da proposta de legado, nem dos compromissos assumidos pelos Jogos. Assim como a linha 4 do metro, o BRT de não sei onde. Tem várias outras coisas feitas que não faziam parte dos compromissos iniciais, que não deixam de ser legado por conta disso. Eu acho que quando você se propõe a revitalizar o porto como legado olímpico, tudo que está ali dentro é legado olímpico. O Museu do Amanhã, ele tem uma história mais antiga. Já houve uma série de outras propostas para aquele espaço, lá na época do César Maia, etc. Mas se, efetivamente, ele foi construído neste período, com certeza foi por conta dos Jogos. Há um desejo político por conta disso. Todas essas coisas que acontecem nunca estão desvinculadas. Ele poderia ter falado: “Não, não vamos construir isso aqui, não. Vamos fazer a linha 5 do metrô.” Então essas decisões são todas tomadas por um desejo. Ele pode não ter sido assim: quando se criou o dossiê de candidatura, não se colocou lá. “Ah, vamos fazer esse museu.” Como outras centenas de coisas não foram. Foram nascendo da dinâmica da cidade, da revitalização. Eu acho que aquele caso clássico da cidade aproveitar... Que era a proposta do Eduardo. A cidade aproveitar o momento dos Jogos. Então acho que esses dois equipamentos serem criados, mantidos, inaugurados, etc., nesse período não é à toa. Não estão desvinculados desse desejo de revitalização. E aí são, naturalmente, legados.

---

<sup>43</sup> A entrevistadora se refere a Washington Fajardo.

C.S. – Mais alguma coisa, ou posso fazer a última?

L.L. – Pode fazer a última.

D.N. – A última é qual o seu signo? [risos]

C.S. – Quase isso.

D.N. – O que você acha do futuro?

C.S. – A última é sobre o que a gente está deixando aqui para o futuro. Na verdade, qual sua opinião sobre um projeto como esse?

D.N. – Olha, eu não sou a pessoa ideal para esta pergunta [risos]... Porque quando eu cheguei na APO, eu recebi... Meu primeiro dever de casa foi o seguinte. Eu nem estava ainda tomando conta de Olimpíadas. Estava lá na diretoria de integração. Juliana Carneiro, que também é historiadora, a gente estudou junto, ela falou assim: “Você tem uma missão, que é tocar o projeto ‘Memória’ com a Fundação Casa de Rui Barbosa, porque isso está na mão de não sei quem.” Então a primeira reunião, o primeiro projeto, o primeiro dinheiro dos R\$ 85 milhões, o primeiro dinheiro que saiu, o primeiro executado, foi R\$ 1 milhão do projeto, então acho também que ele nasceu por uma conjuntura muito específica da APO. Pela figura da Juliana, pela leitura dela da importância disso, do próprio Marcelo Pedrosa, do próprio MinC, muito especificamente do João Brant. Esse projeto teria um outro formato, ainda mais ligado à área de comunicação, até por uma sugestão do Adriano e tal, que a gente conseguiu reaver, e pelo desejo e parceria total da Lia<sup>44</sup>, que comprou com a gente a briga. Acho que a questão da memória não é? A gente, como historiador, fica sempre essa... Fica o que significa, dizia [inaudível]. [risos] Então acho que é a possibilidade da gente contar e deixar registrado o que significou para a gente. Às vezes o que significou para mim, não significou para ela. A gente vai dar oportunidade para todo mundo conhecer essas verdades diferenciadas, essas leituras de cada um. Acho que é oportunidade única. Em tese, a gente nunca deveria passar de projeto nenhum a possibilidade desse registro de memória. Não é sempre que a gente consegue, mas ter conseguido nesse formato, com instituições tão maneiras, tão legais, acho um golaço. Isso é legado. [risos]

C.S. – Danielle, então muito obrigada. Agradecemos muito. Foi ótimo, excelente.

---

<sup>44</sup> A entrevistada se refere a Lia Cabrale.

D.N. – Nada, obrigada a vocês.

L.L. – Agora você vai cantar aí o hino da Internacional.

D.N. – Então vou cantar o hino da Internacional para vocês. Socialista. Meu passado da Convergência Socialista.

L.L. – Foi muito bom.

A.C. – Excelente.

[FINAL DO DEPOIMENTO]